

Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

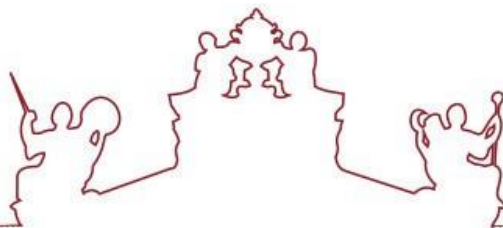
Dissertação

O terrorismo em Moçambique. As responsabilidades do Estado e o papel da comunidade internacional.

Nalva Elisa Alves Bucuane Ferreira Gomes

Orientador(es) | Irene Viparelli

Évora 2023



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

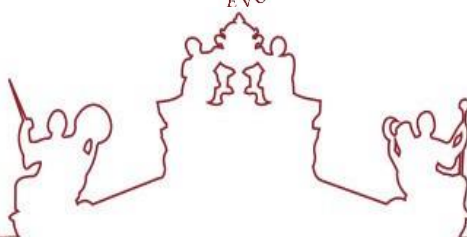
Dissertação

O terrorismo em Moçambique. As responsabilidades do Estado e o papel da comunidade internacional.

Nalva Elisa Alves Bucuane Ferreira Gomes

Orientador(es) | Irene Viparelli

Évora 2023



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente / Silvério Carlos Rocha-Cunha (Universidade de Évora)

Vogais / Evanthia Balla (Universidade de Évora) (Arguente)

Évora 2023

AGRADECIMENTOS

Á minha avó Isabel Elias Bembane, que já não se encontra entre nós, mas que me ensinou a nunca desistir, sob o lema “para frente é o caminho”.

Ao meu esposo António Ferreira Gomes, pelo suporte e por encorajar-me a alcançar os meus objetivos, aos meus pais Juvenal Bucuane e Ana Maria Bucuane, irmãos Cláudio e Luís Júlio.

Á minha orientadora, Prof. Doutora Irene Viparelli, por me ter acompanhado desde o início deste trabalho, transmitindo-me conhecimento, tranquilidade e dispondo do seu tempo e dedicação incansavelmente para dar-me todo o suporte necessário. Bem-haja!

Á Prof. Doutora Maria de Deus Beites Manso, pela amizade, confiança e encorajamento transmitidos durante este percurso.

Á Prof. Doutora Evanthia Balla, pela presença constante, acolhimento e esforço para que todo o curso decorresse com serenidade, promovendo sempre atividades para o crescimento dos estudantes, através do saber.

Aos docentes, pelo conhecimento que me foi transmitido ao longo da formação, aos meus colegas de turma, pelo privilégio, de com amizade e companheirismo termos partilhado este percurso académico.

O terrorismo em Moçambique. As responsabilidades do Estado e o papel da Comunidade Internacional

RESUMO

A presente Dissertação procura analisar o fenómeno do terrorismo em Cabo Delgado, no Norte de Moçambique. A primeira parte do trabalho analisa as causas sociológicas, políticas, económicas e culturais do surgimento do terrorismo, demonstrando o caráter complexo do fenómeno. A segunda parte foca-se na resposta do Estado moçambicano, procurando avaliar a sua eficácia. Resulta que a inação e a inadequação das medidas de combate ao terrorismo levadas a cabo pelo governo, têm representado fatores de radicalização do fenómeno. A última parte da tese aborda o papel dos atores regionais e da comunidade internacional no combate à insurgência. Mostra-se que a relutância do governo de Moçambique em pedir ajuda e o atraso conseguinte no envolvimento dos seus parceiros regionais, têm sido fatores determinantes para a radicalização do terrorismo em Cabo Delgado. A tese utiliza um método indutivo, que a partir da análise dos elementos fundamentais da conjuntura de Moçambique procura definir quais são os fatores relevantes do fenómeno, com vista a possíveis generalizações. Assim, os objetivos da análise desenvolvida são: 1. Demonstrar que o terrorismo em Moçambique, é um fenómeno complexo, resultante de múltiplas causas heterogéneas; 2. que o seu combate não poderá ser levado a cabo pelo Estado, de forma isolada, mas apenas se todos os países, ainda que não sejam alvos, tomarem medidas conjuntas; 3. que é preciso um maior envolvimento e comprometimento das agências regionais e globais, com maior destaque para a União Africana, que engloba quase todos os países do continente e para a SADC, que deverá ter um papel mais ativo e firme com vista a garantir a segurança na região.

Palavras-chave: Terrorismo; Moçambique; ONU; Crise humanitária; Radicalização.

Terrorism in Mozambique. The responsibilities of the State and the role of the International Community

ABSTRACT:

This dissertation seeks to analyze the phenomenon of terrorism in Cabo Delgado, in northern Mozambique. The first part of the work analyzes the sociological, political, economic and cultural causes of the emergence of terrorism, demonstrating the complex character of the phenomenon. The second part focuses on the response of the Mozambican state, seeking to evaluate its effectiveness. It follows that the inaction and inadequacy of the measures to combat terrorism carried out by the government have represented a factor in the radicalization of the phenomenon. The last part of the thesis addresses the role of regional actors and the international community in combating the insurgency. It is shown that the reluctance of the Mozambican government to ask for help and the consequent delay in the involvement of its regional partners has been determining factors for the radicalization of terrorism in Cabo Delgado. The thesis uses an inductive method that, from the analysis of the fundamental elements of the Mozambique conjuncture, seeks to define what are the relevant factors of the phenomenon, with a view to possible generalizations. Thus, the objectives of the analysis developed are: 1. To demonstrate that terrorism in Mozambique is a complex phenomenon, resulting from multiple heterogeneous causes; 2. that their fight cannot be carried out by State in isolation, but only if all countries, even if they are not targeted, take joint action; 3. that greater involvement and commitment of regional and global agencies is needed, with a greater focus on the African Union, which encompasses almost all countries on the continent, and on SADC, which should play a more active and firm role in ensuring security in the region.

Keywords: Terrorism; Mozambique; UN; Humanitarian crisis; Radicalization.

INDICE

INTRODUÇÃO	6
1. Contextualização: o terrorismo em África.....	6
2. Objetivos da dissertação e metodologia	9
CAPÍTULO I	11
1. Contextualização: breve descrição histórico-geográfica de Moçambique.....	11
2. O terrorismo em Moçambique	13
2.1. O surgimento do terrorismo. Al Sunnah Wa'jamáh (Al-Shaabab).....	13
2.2. Terrorismo: fenómeno doméstico ou influência externa?	14
3. A evolução do fenómeno do terrorismo	18
3.1. O início do terrorismo, sob as diferentes perspetivas em confrontação	18
3.2. Causas económicas	21
3.3. Causas religiosas.....	23
3.4. Causas sociais	26
CAPÍTULO II	29
1. A resposta do governo moçambicano à insurgência em Cabo Delgado.....	29
1.1. Inação.....	29
1.2. Reação insuficiente	32
1.3. Corrupção.....	34
2. Teorias da conspiração.....	36
2.1. Erik Prince	37
2.2. Estados Unidos da América.....	39
CAPÍTULO III	42
1. Ajudas externas	42
1.1. A recusa do apoio militar externo e a contratação de empresas de segurança privada	42
1.2. O apoio da SADC	46
1.3. Ingerência francesa e as tropas ruandesas.....	48
2. Consequências humanitárias	50
2.1. A crise humanitária.....	50
2.2. A intervenção da ONU.....	54
3. Breves conclusões.....	60
BIBLIOGRAFIA	63

LISTA DE ABREVIATURAS

- AGP ----- Acordo Geral de Paz
- ASWJ----- Al Sunnah Wa’Jamáh – Al- Shaabab
- C.R.M ----- Constituição da República de Moçambique
- EI ----- Estado Islâmico
- ICG ----- International Crisis Group
- IDPs ----- Internally Displaced Persons
- ISIS ----- Designação de Estado Islâmico (inglês)
- JCET ----- Joint Combined Exchange Training
- LNG -----Liquified Natural Gas

LISTA DE SIGLAS

- AI -----Amnistia Internacional
- CISCLAMO – Conselho Islâmico de Moçambique
- EUA ----- Estados Unidos da América
- FADM ----- Forças Armadas de Defesa de Moçambique
- ONU ----- Organização das Nações Unidas
- RDF ----- Rwanda Defense Force
- SADC ----- Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
- UA ----- União Africana
- UE ----- União Europeia

INTRODUÇÃO

1. Contextualização: o terrorismo em África

Ao longo da modernidade, os conflitos foram maioritariamente intraestatais, originados pelas disputas territoriais e por questões históricas mal resolvidas. Segundo a autora Mary Kaldor, nos tempos atuais e devido a globalização, «the new type of warfare has to be understood in terms of this global dislocation. New forms of power struggle may take the guise of traditional nationalism, tribalism, or religious fundamentalism, but they are, nevertheless, contemporary phenomena arising from contemporary causes and displaying new characteristics» (Kaldor, 2013: 72), isto é, em decorrência do surgimento de outras formas de desestabilização territorial, socioeconómica, política e humanitária, em que divisões culturais e socioeconómicas, foram suplantadas pela globalização, a política foi confrontada por novos padrões que caracterizam uma nova era moderna.

O fenómeno do terrorismo em África, sem dúvida, insere-se neste novo formato de guerras. Em primeiro lugar, resulta extremamente difícil definir as reais motivações e os objetivos que os grupos terroristas procuram alcançar. Com efeito, a motivação religiosa, com maior destaque para o islamismo, se conjuga com a insatisfação de algumas minorias que se sentem desintegradas ou excluídas da sociedade. Em segundo lugar, resulta muito difícil a neutralização deste tipo de conflitos por parte dos alvos: os estados, são obrigados a lutar contra inimigos sem rosto e que defendem um ideal nem muito claro, nem muito coerente (Kaldor, 2012).

No continente africano, têm surgido nas últimas décadas grupos terroristas trans regionais como o Al-Qaeda no Magreb Islâmico – na região norte e oeste de África, cobrindo Marrocos, Tunísia, Argélia, Líbia e Mauritânia; Boko Haram, no nordeste da Nigéria; Al-Shabaab, na Somália; Brigada Mulathameen, na Argélia; Ansar al-Dine, no Mali; Séléka, na República Centro-Africana; e Ansar al-Sharia, na Tunísia. Estes grupos, de acordo com o autor e Professor Charles Villa-Vicencio, atingem o objetivo principal da coesão africana e uma possível construção de nações, na medida em que utilizam a religião como instrumento ideológico para resolver questões de foro político ou reivindicativo. A religião, por outras palavras, deixa de desempenhar a função espiritual de elevação para a ascensão ao bem, tornando-se numa arma para obtenção de benefícios ou para infligir aos povos o medo e o terror (Villa-Vicencio, 2015).

Charles Villa-Vicencio, listou cinco motivações que servem como impulsionadores para o conflito jihadista em África:

1. O primeiro consiste em “Conflitos ideológicos”. As raízes longínquas destes conflitos podem ser encontradas nas próprias cruzadas cristãs, que perduraram por 200 anos e que serviram de inspiração para os muçulmanos devotos que atualmente, entendem que devem lutar pela pureza de uma crença islâmica por todo o mundo, cerca de 800 anos depois. As raízes mais recentes destes conflitos ideológicos, paralelamente, devem ser encontradas no “Acordo Sykes-Picot” (Villa-Vicencio, 2015), o acordo secreto de 1916, que definia as esferas de influência do Reino Unido e da França no Médio Oriente, na sequência da Primeira Guerra Mundial. De facto, seguindo Charles Villa-Vicencio, este acordo colocou as bases duma oposição ideológica às forças ocidentais que se prolonga até o presente. Entre as várias etapas deste longo “conflito”, o autor ressalta: 1. O fim da Segunda Guerra Mundial: com a criação do Estado de Israel em 1948, estabeleceram-se as premissas duma perene tensão entre israelitas e palestinos, ocasionalmente explodindo em guerras; 2. a Guerra civil libanesa; 3. a Guerra do Golfo; 4. a tensão nos territórios curdos da Turquia, do Iraque e da Síria.

2. O segundo impulsionador para os conflitos jihadistas, segundo Villa-Vicencio (2015), são os “Grupos dominantes” que, ligados à história colonial, detém o controle político, criando obstáculos aos processos de democratização e excluindo os grupos étnicos minoritários. Por conseguinte, ainda hoje, os estados africanos não lidam de forma eficiente com as suas diferenças raciais, étnicas, culturais, religiosas e económicas, criando dinâmicas de exclusão social, que representam o “terreno fértil sobre o qual os grupos rebeldes agora prosperam individualmente”, sem que os governos lhes consigam fazer oposição ou reprimi-los com eficácia.

3. O terceiro impulsionador do terrorismo é a persistente “dependência económica” do continente africano, dos antigos estados colonizadores ou outros estados desenvolvidos. Uma dependência, que criou uma hierarquização entre os estados e, paralelamente, uma radical desigualdade social, obstaculizando assim o desenvolvimento do continente.

4. O quarto impulsionador é a “mistura tóxica” de religião e pobreza: «A pobreza africana, age em uma relação simbiótica com a religião, que é uma poderosa força mobilizadora entre as comunidades pobres» (Villa-Vicencio, 2015). Os líderes religiosos, são frequentemente associados a visões extremistas e apocalípticas, envolvendo uma

escolha entre a ira divina e o fervor. Este radicalismo religioso, tornando-se ideologia ou dos grupos dominantes ou dos grupos rebeldes, transforma-se num elemento fundamental do conflito político, impulsionando múltiplas formas de terror e a violência sobre as populações: desde os massacres civis, aos sequestros, estupros de mulheres, casamentos forçados e até a morte dos que são considerados “infiéis”.

5. O quinto e último impulsionador, descrito por Charles Villa-Vicencio, é a «Desumanização do outro» (Villa-Vicencio, 2015), isto é, a criminalização por parte das forças dos governos, dos rebeldes; uma política de repressão violenta, indiferente à norma da democracia e do Direito.

Aos cinco impulsionadores referidos, para Villa-Vicencio, ter-se-á de acrescentar um outro fator relevante: a dificuldade em encontrar fontes de informações credíveis, no que concerne a estes grupos e em averiguar a veracidade das informações.

O autor Villa-Vicencio, conclui assim que «o passado, precisa ser ponderado como base para cada nova geração africana criar um futuro» (Villa-Vicencio, 2015). Enquanto a religião, for utilizada erradamente por alguns grupos para suplantar o poder dos estados com vista, a alcançarem os seus fins e criarem desordem, o continente estará constantemente no mesmo círculo vicioso, sem qualquer perspectiva de futuro e dominado por grupos extremistas, que ganharão força e dominarão através da implantação do terror. Paralelamente, quando se revejam os erros cometidos no passado, os mesmos deixarão de ser uma herança para as gerações vindouras e tornar-se-á possível vislumbrar um horizonte de desenvolvimento e estabilidade.

Com base nos cinco fatores impulsionadores listados por Charles Villa-Vicencio (2015), o International Crisis Group, (ICG, 2020), entende que o terrorismo no continente africano, é uma consequência de democratizações que não corresponderam às expectativas de alguns grupos populacionais, que não sentiram que os seus ideais estavam salvaguardados e que se consideram excluídos das decisões políticas e económicas, traçadas para o continente e chanceladas com a criação da União Africana.

A maioria dos estados africanos estão atualmente despreparados para responder às ameaças terroristas. Na vertente de Defesa e Segurança, a falta de treinos de qualidade dos seus militares, assim como dos serviços de inteligência, que funcionam de forma deficiente, tornam os estados incapazes de lidar com este tipo de situações quando se apresentem. Paralelamente, no plano sociológico, o fraco desenvolvimento social e a desconfiança nas elites políticas, facilita uma massiva aderência de elementos da

população, sobretudo jovens que vivem com o seu futuro comprometido devido à pobreza extrema que grassa no continente africano. Preceptivamente, o terrorismo enfraquece ulteriormente os estados, atrasando o desenvolvimento e inviabilizando a constituição de um continente finalmente pacificado. (ICG, 2020).

O combate ao terrorismo deveria ser uma das principais prioridades na agenda política do continente africano, na medida em que põe em causa o tão almejado e anunciado desenvolvimento de África. Contudo, até agora, os governos dos países africanos, seja individualmente ou em conjunto com as organizações regionais, não tem tido sucesso na busca de soluções para colmatar este problema. O facto, de o terrorismo se estar a enraizar em muitos países africanos, poderá encaminhar o continente africano para novos conflitos sem fronteiras.

2. Objetivos da dissertação e metodologia

A presente Dissertação, procura analisar o fenómeno do terrorismo em Cabo Delgado, no Norte de Moçambique.

A primeira parte analisa as causas sociológicas, políticas, económicas e culturais do surgimento do terrorismo na Província de Cabo Delgado, em Moçambique e descreve o desenvolvimento do fenómeno desde a sua origem, até ao presente. O objetivo desta parte, é demonstrar o carater complexo do fenómeno do terrorismo.

A segunda parte foca-se na resposta do Estado moçambicano, procurando avaliar a sua eficácia. Mostrar-se-á, que a inação e a inadequação das medidas de combate ao terrorismo levadas a cabo pelo governo têm representado um fator de radicalização do fenómeno.

A terceira e última parte descreve as múltiplas formas de intervenção dos atores regionais e da comunidade internacional no combate ao terrorismo e na gestão da crise humanitária em Moçambique, assim como, avalia a eficácia da resposta internacional. A reticência do governo de Moçambique em pedir ajuda e o atraso conseguinte no envolvimento dos seus parceiros regionais, têm representado e sido considerados fatores determinantes para a radicalização do terrorismo em Cabo Delgado.

Os objetivos gerais da presente dissertação são: 1. Mostrar que o terrorismo em Moçambique, é um fenómeno complexo, pelo que não resultam eficazes as abordagens “simplistas”, que, por exemplo, reduzem o fenómeno a uma questão de “fundamentalismo religioso” ou que se focam apenas na resposta militar. As vertentes sociológicas,

económicas, históricas e políticas, obrigam a conjugar a dimensão da resposta militar com políticas inclusivas, que impulsionam o desenvolvimento social. 2. Demonstrar que, devido à fragilidade do Estado e a sua incapacidade em lidar com a crise, o combate ao terrorismo em Moçambique não poderá ser vencido por cada Estado de forma isolada, mas apenas se todos os Estados, ainda que não sejam alvos, tomarem medidas conjuntas preventivas de combate, com um envolvimento e maior comprometimento das agências regionais e globais; nomeadamente a União Africana e a SADC.

A presente dissertação apresenta-se como um estudo conjuntural. A abordagem empírica permitiu a partir da análise dos elementos empíricos particulares, alcançar algumas conclusões sobre o terrorismo em Moçambique, que apesar de não serem logo generalizáveis, podem representar hipóteses de uma futura investigação, que terão de ser validadas através de uma investigação comparada. A referida escolha metodológica também estabeleceu os limites da presente investigação, excluindo a possibilidade de uma abordagem teórica, que analise o caso particular do terrorismo em Moçambique no mais amplo contexto teórico do fenómeno geral “terrorismo africano”.

A investigação realizou-se por meio da pesquisa bibliográfica de livros, artigos científicos, documentos, relatórios da ONU, números de revistas publicadas e jornais sobre o assunto.

CAPÍTULO I

1. Contextualização: breve descrição histórico-geográfica de Moçambique

A República de Moçambique situa-se na costa Sudeste da África Austral e faz fronteira com a África do Sul, a Suazilândia, o Zimbábwe, a Zâmbia, o Malawi e a Tanzânia á norte, sendo a costa leste banhada pelo Oceano Índico, que através do Canal de Moçambique, o separa da Ilha de Madagáscar.

A província de Cabo Delgado é uma subdivisão de Moçambique, localizada no extremo nordeste do país; a sua capital é a Cidade de Pemba. Está dividida em 17 distritos e possui desde 2013, cinco municípios: Chiúre, Mocímboa da Praia, Montepuez, Mueda e Pemba. Geograficamente Cabo Delgado faz fronteira a norte com a Tanzânia, da qual está separada pelo rio Rovuma, a oeste encontra-se a província do Niassa e a Sul a província de Nampula, na outra margem do rio Lúrio. Cabo Delgado, possui grandes reservas de gás natural e de petróleo na Bacia do Rovuma (Matsinhe e Valoi, 2019: 3) e sempre foi rica em recursos minerais, como pedras preciosas e semipreciosas.

Cabo Delgado têm fronteiras com vários outros países da região. Alias, é exatamente em virtude desta localização e da facilidade de ligação com outros países africanos que o surgimento do fenómeno do terrorismo, está longe de ser apenas uma “questão interna” de Moçambique, representando, pelo contrário, um fator de potencial instabilidade, que poderá colocar em risco a segurança e estabilidade dos estados vizinhos e da região.

A República de Moçambique tornou-se independente desde o ano de 1975. A data oficial apontada como início da guerra de libertação Nacional é 25 de setembro de 1964, quando um ataque ao posto administrativo de Chai, no então Distrito de Cabo Delgado (atualmente Província de Cabo Delgado), liderada pelo movimento nacionalista FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), viria a lançar a luta armada de libertação nacional (Darch, 2018).

Após a sua independência, Moçambique tornara-se um Estado socialista e totalitário, regido por um partido único: a FRELIMO. Poucos anos após a independência, o movimento armado Renamo lançou a sua rebelião contra o governo da FRELIMO, na época presidido por Samora Moisés Machel, dando início à chamada “guerra dos 16 anos”, que durou até 1992. Segundo Darch, «na sua primeira fase, o conflito foi uma guerra de desestabilização contra as políticas “comunistas” do governo da Frelimo,

ostensivamente apoiada pelo estrangeiro» (Darch, 2018: 6). Com efeito, a Renamo tinha sido originalmente criada e apoiada pelos serviços secretos rodesianos como “Mozambique National Resistance” (MNR), com o duplo objetivo de originar uma campanha de terror contra as populações rurais e paralelamente sabotar as infraestruturas do país (Darch, 2018).

Em 4 de Outubro de 1992, em Roma, foi assinado o Acordo Geral de Paz (AGP), pelo então presidente de Moçambique Joaquim Chissano e o presidente da Renamo Afonso Dhlakama, que sucedera á André Matsangaíssa, pondo assim fim a 16 anos de guerra civil, estabelecendo um sistema multipartidário e abandonando a planificação centralizada da economia (Darch, 2018). Procedeu-se à alteração da Constituição da República, que transformou a República de Moçambique num Estado Democrático de Direito, com um regime presidencialista, em que o Chefe de Estado é o Chefe de Governo, bem como o Comandante em Chefe das Forças Armadas de Defesa e Segurança.

Nas primeiras eleições multipartidárias, que tiveram lugar no ano de 1994, enfrentaram-se o partido no poder, representado pelo então Presidente da República Joaquim Alberto Chissano e a Renamo pelo seu então líder Afonso Maceta Dlakama, que viria a perder as eleições. A Renamo não aceitou o resultado, afirmou ter sido vítima de fraude e ameaçou retornar a guerra ora cessada. Com efeito, a Renamo não tinha desarmado os seus homens após a assinatura do AGP, permanecendo a paz frágil e precária.

Como refere Macuane, «nos 42 anos que se seguiram à sua independência, Moçambique, enfrentou uma guerra civil de 16 anos entre 1976/77 á 1992, um período provisório de paz que durou 20 anos, e um conflito recorrente e de baixo nível envolvendo os mesmos beligerantes desde 2013» (Macuane, 2018: 2). Com efeito, a FRELIMO continuou no poder, com os Presidentes Joaquim Alberto Chissano (1986 á 2005) e Armando Emílio Guebuza (2005 á 2015). Este último promoveu a criação de uma nova Lei Eleitoral que foi aprovada em 2012 pelo seu partido, sem a concordância do partido da oposição Renamo, e que concentrava um maior controlo sobre o Estado. Por conseguinte, no mesmo ano, a Renamo reiniciara outra guerra civil. De acordo com Darch (2018), a Renamo nunca reconheceu, longe das presumidas fraudes eleitorais, que as suas derrotas resultaram na desconfiança da população, devido ao seu historial de guerra e de violência, assim como, à persistente ambiguidade relativamente ao seu passado de

guerrilha armada, que lhe impediu de obter consenso entre a população de Moçambique (Darch, 2018: 10-11).

Em 2014, o Governo e a Renamo, nas pessoas do terceiro Presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza e do Presidente da Renamo Afonso Dlakama, retomaram o diálogo e estabeleceram um novo Acordo de Paz em setembro de 2014 que durou até ao ano de 2015.

Contudo, após a assinatura deste segundo acordo, a paz não se efetivou, pois, novos ataques perpetrados pela Renamo tiveram lugar e o país continuou mergulhado na guerra civil. O líder da Renamo acusava o governo de violar o Acordo de Paz, tentando assassiná-lo e não cumprindo a integração dos seus homens nas fileiras do Estado. Com a morte de Afonso Dlakama, em 2018, a Renamo dividiu-se em dois grupos: um partido político e um grupo que, discordando do acordo entre o seu novo presidente e o governo, se constituiu como uma organização de guerrilha: a Junta Militar.

Enquanto o país via-se á braços em combates com esta guerrilha no centro do país, surgiram de forma sorrateira ataques à população de Cabo Delgado; ataques pontuais, segundo Darch, «principalmente nas zonas rurais do Norte (onde os fundamentalistas islâmicos começaram a lançar ataques em fins de 2017)» (Darch, 2018: 25). Ataques que nada tinham a ver com a Renamo, mas sim com um grupo não identificado, detentor de um *modus operandi* não convencional em termos de confrontos aplicados nas guerras em Moçambique.

Abriu-se assim, um novo capítulo na história de Moçambique, protagonizado alegadamente pelo grupo terrorista Al-Shabaab da Somália, já ativo em outros países do continente africano.

2. O terrorismo em Moçambique

2.1. O surgimento do terrorismo. Al Sunnah Wa Jama'ah (Al-Shabaab)

O nome Al Sunnah wa Jama'ah significa "pessoas da comunidade Sunnah". Este grupo ficou também conhecido como Al-Shabaab (A Juventude) e autodenomina-se "[Suaíli Sunna]", que significa “caminho suaíli”, para refletir um sonho e restaurar a grandeza suaíli do século XIX. Os principais objetivos desta seita são a implementação, aplicação e o cumprimento da Sharia (Lei Islâmica), a rejeição da educação, do sistema de saúde e da aplicação das leis do Estado e o afastamento geral da vida em sociedade.

“Al-Shabaab” surge na Somália em 2004, conseguindo controlar militarmente por diversos anos grande parte de Mogadíscio, a capital da Somália. Em 2011, foi expulso da capital e de outras cidades somalis por um governo de transição, apoiado pelas tropas etíopes e quenianas. Contudo, o mesmo grupo continuou a levar a cabo os vários ataques, na Somália, no vizinho Quênia e em outros países do continente africano, tendo expandido as suas ações terroristas para o norte de Moçambique, mais concretamente, á Província de Cabo Delgado.

Embora este movimento, tenha as suas origens eminentemente religiosas, acolhendo a fé islâmica, cedo passou a mover-se para outras regiões do continente com o intuito de obtenção de ganhos financeiros, começando a envolver-se em atividades ilegais como a mineração ilegal, exploração madeireira, caça furtiva e contrabando, o que lhes proporcionou ganhos monetários elevadíssimos semanalmente para a sua subsistência (Mosca, 2020).

Oficialmente, a ação do “Al-Shabaab” em Moçambique começa em outubro de 2017. Contudo, entre os investigadores, não há consenso nem relativamente à data de origem do fenómeno, nem relativamente à modalidade do envolvimento do grupo terrorista transnacional “Al-Shabaab” na região de Cabo Delgado. Jasmine Opperman, diretora africana do Consórcio de Terrorismo, Pesquisa e Análise, afirma que: « Much remains unknown about this insurgency, its antecedents, its evolution, detail on who the insurgents really are, their structure, leadership, the role and intentions of external actors and how conflict dynamics have played out and informed these factors» (Piers and Opperman, 2021).

Apesar da ligação evidente entre a questão da evolução temporal e aquela da “fisionomia” do terrorismo em Moçambique, com o intuito de uma mais analítica reconstrução das problemáticas, abordar-se-ão as duas questões em seções separadas, analisando em primeiro lugar o problema da “fisionomia” do terrorismo em Cabo delgado e, de seguida, a questão da periodização do fenómeno.

2.2. Terrorismo: fenómeno doméstico ou influência externa?

A literatura sobre a fisionomia dos grupos terroristas ativos em Cabo Delgado, entre 2017 e 2020, revela uma pluralidade de perspetivas interpretativas relativamente ao carater “doméstico” ou “internacional” do fenómeno. Com efeito, nos primeiros anos, a ligação entre a violência em Cabo Delgado e o terrorismo transnacional africano estava

longe de ser evidente e muitos autores reconduziram os acontecimentos à violência endémica da história do Moçambique. Assim, na perspetiva de Samuel Kehinde Okunade, «The causes of extremism and armed conflict in Mozambique are complex and cannot be separated entirely from the country's history. The colonial legacy of denying certain public goods from some demographics continues to this day» (Okundade et al., 2021: 442).

No relatório do Instituto de Estudos de Segurança em Pretória, questiona-se se este fenómeno de facto seja terrorismo ligado ao jihadismo, praticado por grupos terroristas conhecidos como o Al-Shabaab ou o Boko Haram ou se, pelo contrário, se trata de instabilidade doméstica. Assim o analista Martin Ewi, ao questionar a génese do fenómeno, por um lado mostra-se reticente em afirmar que se trate de terrorismo: «Most of the literature, however, explains the rise of terrorism in the region as a result of historic disenfranchisement, poverty, marginalisation, endemic corruption and political exclusion. These are factors commonly advanced as causes of conflict and terrorism in Africa» (Ewi et al., 2022). Todavia, por outro lado, releva uma diferença substancial, na medida em que os conflitos decorridos nos últimos 30 anos foram entre as forças governamentais e guerrilhas nacionais devidamente identificadas e com claras reivindicações. É o caso da Renamo e da Junta Militar, braço armado da Renamo, cujos líderes eram identificados e que costumavam cessar os ataques – ainda que de forma provisória – quando as negociações com o governo seguissem o rumo para a satisfação das suas exigências. Nos ataques em Cabo Delgado, pelo contrário, o *modus operandi* destes grupos, é semelhante ao do ISIS no que concerne ao uso da violência, o que dificulta a que se tenha uma perceção mais assente das reais motivações a partir das suas práticas e a verdadeira origem dos perpetradores.

A diferença no *modus operandi* leva o autor a admitir a possibilidade de um novo grupo terrorista a atuar em Moçambique, apesar de não existirem, no seu entender, elementos suficientes para definir claramente a sua ideologia, os seus objetivos e a sua origem: «Despite the rich literature, there remains no clarity on various aspects of violent extremism in Cabo Delgado» (Ewi et al., 2022).

Numa perspetiva teórica completamente diferente, o International Crisis Group (2020), que segue o Grupo de Monitorização da ONU, defende a origem externa destes grupos, que considera constituídos apenas por elementos estrangeiros. Na mesma linha interpretativa, Samuel Okunade, refere igualmente a influência de militantes quenianos

reprimidos na Tanzânia, a importação de visões jihadistas do exterior e assim por diante (Okunade et al., 2021: 438). Paralelamente, o enviado especial da ONU em Moçambique Mirko Manzoni, numa entrevista concedida ao jornalista Frédéric Burnand em 2021, equipara esta guerra ao início do conflito no Mali, entre os anos de 2012 e 2014. Segundo o enviado da ONU, «esses grupos, que afirmam estar ligados ao Estado Islâmico, também usam métodos terroristas e realizam ataques muito bem organizados» (Manzoni, 2021). Uma modalidade de ação, que se enquadra perfeitamente na forma do conflito em Cabo Delgado.

No nosso entender, a hipótese mais realista é uma concomitância de fatores externos e internos. De acordo com Martin Ewi, «if there is terrorism in Mozambique, it is terrorism exploiting a situation that has been on the ground for many years. Before the formation of Boko Haram, there were conflicts between Muslims and Christians in Nigeria. Boko Haram exploited this conflict» (Ewi et al., 2022). Seguindo este raciocínio, o grupo Al-Shabaab, teria oportunisticamente se aproveitado da situação de pobreza e de desconfiança relativamente ao estado moçambicano, para progressivamente reforçar a sua presença na região, aproveitando-se da benevolência da população local. Na mesma linha interpretativa, Maquenzi e Feijó (2019) referem que no ano de 2015 um grupo de jovens marginalizados, incluindo vendedores informais em Mocímboa da Praia (moçambicanos e, inclusivamente, tanzanianos), formaram pequenos grupos e começaram a organizar-se em torno de uma forma rudimental de fundamentalismo islâmico, pretendendo com esta postura manifestar a sua insatisfação. Morier-Genoud, revelando os dados da investigação da sua equipe, demonstrava que a insurgência assentava numa seita religiosa, cuja liderança, seria essencialmente moçambicana, não defendendo a ideia de uma ‘invasão externa’ ou mesmo de uma ‘importação’ que levou à insurgência (Morier-Genoud, 2021). Assim, embora admita que existam influências, ligações e colaborações externas, porém descarta a “exterioridade total” deste fenómeno. Segundo Eric Morier-Genoud (2021), este grupo mudara a sua essência, passando à ação armada em 2016, devido às tensões com outros muçulmanos e com o Estado. Ainda, segundo o mesmo, estima-se que o movimento se tenha expandido e tenha atualmente entre 350 á 1.500 membros, organizados em dezenas de pequenas células ao longo da costa no Norte de Moçambique e terão recebido treino militar na Tanzânia e na República Democrática do Congo. Diversas reportagens, entrevistas á habitantes locais mais idosos, imagens e vídeos de jornalistas parecem reforçar ulteriormente esta leitura. É quase unanime a convicção de

que a maioria dos insurgentes, desde o início dos ataques, eram jovens que nasceram, cresceram e habitavam na própria Vila de Mocímboa da Praia. Contudo, entre eles, também havia jovens de outros distritos de Cabo Delgado, com um sotaque identificado como estrangeiro, o que levantou algumas dúvidas sobre a real proveniência destes grupos, não se sabendo inicialmente se eram locais ou estrangeiros oriundos de países vizinhos. Todavia, o conhecimento profundo da geografia e costumes da população local, levou a crer que alguns destes jovens insurgentes eram parte da população e que se misturaram aos grupos que preparavam os ataques; o que efetivou o sucesso dos ataques e dificultou a localização dos insurgentes após os mesmos, pois a sua capacidade de fuga do local era muito rápida e não deixavam pistas sobre a sua possível localização ou esconderijos.

Em suma, pode-se concluir que o fundamentalismo surge relacionado «com a pobreza local, a desigualdade e a marginalização» (Morier-Genoud, 2021: 7), representando terreno fértil para a evolução tática de grupos fundamentalistas como o Al-Shabaab, verdadeiras estratégias em aproveitarem-se das fragilidades que assolam a região, bem como das carências que afetam a população local e das oportunidades de recrutar dentro da própria população. Jovens socialmente excluídos, afastados das suas famílias e comunidades, são aliciados sob a perspectiva de fazerem parte de uma nova família, que cuida dos seus, que garante a alimentação diária e a rápida resolução dos seus problemas financeiros.

O Al-Shabaab tem ligações á outros dois dos maiores grupos terroristas conhecidos mundialmente, a Al-Qaeda e o Estado Islâmico (EI/ ISIS), sendo a sua ligação mais forte com a Al-Qaeda e não existindo unanimidade entre os membros do Al-Shabaab sobre uma possível filiação ou associação ao Estado Islâmico (EI/ ISIS).

De acordo com Morier-Genoud, embora circule informação de que «em meados de 2019, o Al-Shabaab fez um juramento de fidelidade para com a organização internacional e integrou formalmente a recém-constituída Província da África Central do Estado Islâmico (ISCAP)» (Morier-Genoud, 2021: 22), na verdade não se trata de uma informação fidedigna, por se basear em informações não cruzadas e por haver «elementos que indicam que já existem divergências entre o Al-Shabaab e o ISIS» (Morier-Genoud, 2021: 22). O autor defende ainda que, embora seja do conhecimento público que os rebeldes hasteiam a bandeira do ISIS e tenham comunicação com o ISIS, não é seguro afirmar que tal juramento tenha ocorrido e que o grupo que opera no Norte de

Moçambique tenha de facto esta ligação. As reivindicações do ISIS em relação aos ataques em Moçambique desde junho de 2019, por via dos seus meios de comunicação (redes sociais), através de fotografias e vídeos difundidos posteriormente aos ataques, levam a que se suspeite que exista uma ligação entre os dois grupos terroristas o Al-Shabaab e o ISIS. Contudo, os dados concretos sobre a situação atual são escassos, não se descartando, porém, a possibilidade que o reforço dos laços com o ISIS poderá vir a influenciar a estratégia, as táticas e os alvos dos insurgentes em Moçambique. Mas, não deixa de frisar que é prematuro presumir que isto tenha acontecido ou venha a acontecer.

Contudo, Morier-Genoud (2021: 23) alerta para o facto de que existem vários pontos de potencial tensão entre o Al-Shabaab moçambicano e o ISIS, quer em relação a ideias e práticas religiosas (o Al-Shabaab é Alcoranista, enquanto o ISIS não é), raça e nacionalismo (o ISIS, é principalmente árabe), bem como no referente a questão de estratégia e poder/controlo.

Analisando sob o ponto de vista do autor, nesta vertente, é cabível a ideia de que por mais que existisse ou venha a existir uma aliança entre o grupo que atua em Moçambique e o ISIS, a mesma não vingaria dadas as diferenças existentes. Assim, por exemplo, o facto de o Al-Shabaab ter evoluído na sua trajetória como uma seita islamista, virada para África como a sua área de atuação, afasta-o do ISIS que, pelo contrário, é um grupo armado jihadista e violento, que está em um processo de internacionalização e que poderá desenvolver-se ou evoluir de várias formas no futuro. Estas diferenças elencadas constituiriam motivos suficientes para uma rutura entre os dois grupos ao longo do tempo.

3. A evolução do fenómeno do terrorismo

3.1. O início do terrorismo, sob as diferentes perspetivas em confrontação

Segundo dados veiculados por diversos meios de comunicação social, o terrorismo em Moçambique teve o seu início oficialmente em 2017. De acordo com Chichava, «o Al-Shabaab começou os seus ataques armados na província de Cabo Delgado a 5 de outubro de 2017, concretamente no distrito de Mocímboa da Praia» (Chichava, 2020: 1).

Contudo, é unanime entre os investigadores a convicção de que o grupo terrorista já se encontrava em Moçambique anteriormente à data apontada por Chichava. Tratava-se de um grupo estranho á comunidade, que praticava ações que visavam fortalecer a prática

da fé islâmica com o apoio de líderes religiosos muçulmanos, de forma a afirmar esta prática religiosa entre a população.

De acordo com Chichava, os primeiros sinais da presença do Al-Shabaab na província de Cabo Delgado surgiram no ano de 2015: «episódios ocorridos nos distritos de Macomia e Ancuabe entre finais de 2015 e meados de 2017, e que mostram a influência do Al-Shabaab antes do ataque à Mocímboa da Praia. Igualmente, mostra-se a reação da comunidade muçulmana de Cabo Delgado à chegada do Al-Shabaab naquela região» (Chichava, 2020: 1).

Para Morier-Genoud (2021: 14), com base nas suas investigações realizadas no ano de 2018, a presença da seita Al-Shabaab, era muito mais antiga, encontrando indícios da sua presença desde 2007 no Distrito de Balama, nas mesquitas que constituíam os pontos de encontro, onde desde sempre se realizaram as reuniões de recrutamento, assim como a definição das estratégias para a realização dos ataques, servindo também de refúgio para os terroristas esconderem-se.

O mesmo autor, refere uma entrevista á um Sheik, que tinha «viajado para Mocímboa em 2010, e novamente em 2011, para resolver conflitos entre a sua comunidade e a seita Al-Shabaab, sugerindo que a seita ter-se-ia lá instalado no ano de 2010» (Morier-Genoud, 2021: 16). Estes grupos procuravam introduzir a Sharia, incitando a população a opor-se aos princípios de laicidade do Estado moçambicano.

De acordo com a liderança islâmica local, as autoridades foram avisadas sobre o fenómeno, mas optaram pela inação e fecharam os olhos, até que foram rudemente despertadas e abaladas em outubro de 2017 (Matsinhe e Valoi, 2019).

Todavia, o ano de 2017, foi sem dúvida o momento em que se teve conhecimento publicamente da onda de ataques na região de Cabo Delgado, com o primeiro ataque em agosto de 2017, no Distrito de Mogovolas, Província de Nampula. Um grupo formado por elementos desconhecidos, tomou de assalto uma esquadra da polícia, roubou diverso material bélico de entre os quais vários tipos de armamentos e de seguida, dirigiu-se por via terrestre para a Província de Cabo Delgado, iniciando ataques às aldeias e instituições pertencentes ao Estado, desde os postos de administração locais ao quartel das FADM (Forças Armadas e de Defesa de Moçambique), no distrito de Mocímboa da Praia. Os ataques se iam sucedendo sem que houvesse nenhuma reivindicação, mas difundindo fotos e vídeos a partir de publicações em redes sociais, proferindo expressões em língua

estranha e autoproclamando-se como sendo elementos pertencentes á célula do grupo terrorista Al-Shabaab.

Ao princípio, os ataques eram repentinos e esporádicos, mas aos poucos tornaram-se mais frequentes, envolvendo uma violência e uma crueldade que atingia proporções alarmantes, obrigando as populações das pequenas aldeias a fugir, abandonando as suas casas, sob pena de serem mortos de forma bárbara se ali permanecessem. De outubro à dezembro de 2017, registaram-se três grandes ataques em Cabo Delgado, embora se estime que muitos outros ocorreram, sem chegar ao conhecimento público, porque sobre os acontecimentos em Cabo Delgado a informação, era tratada de forma bastante sigilosa por parte do governo: «o acesso, é restrito ao norte de Cabo Delgado, o que torna impossível saber ao certo quantos ataques ocorreram» (Matsinhe e Valoi, 2019: 5).

3.1.2. As causas complexas da insurgência

As causas do surgimento do terrorismo em Moçambique não estão devidamente identificadas, havendo diversas perspetivas de interpretação. De facto, Cabo Delgado não apenas é uma das províncias mais pobres de Moçambique, mas a recente descoberta de gás tem criado expectativas de progresso e desenvolvimento, que não foram satisfeitas, uma vez que as empresas internacionais ainda estão em vias de construir uma indústria de GNL (gás natural liquefeito) na região. A frustração e as dificuldades materiais têm permitido à religião de funcionar como escape (Morier-Genoud, 2021: 6), permitindo uma presumida salvação para as jovens gerações. Autores como Habibe, Forquilha e Salvador, pelo contrário, reconhecem no Islão um fator chave, se não mesmo o fator principal, por detrás da insurgência. Eles defendem, que os jovens muçulmanos em Moçambique foram radicalizados sob a influência de pregadores do Quénia e da Tanzânia (Habibe, Forquilha e Salvador *apud* Morier-Genoud, 2021).

Numa outra perspetivas, é apontada uma possível ligação destes grupos terroristas á grupos ocidentais de diversas áreas de interesses desde económicos á políticos. Assim, segundo Morier-Genoud «existem várias teorias, desde uma conspiração de uma potência estrangeira ou de interesses privados (companhias petrolíferas que visam controlar os recursos naturais de Moçambique), a uma conspiração islamista (os jihadistas ‘a descenderem’ a costa oriental de África)» (Morier-Genoud, 2021: 21). Por fim, há também leituras que relacionam a insurgência do terrorismo com a vertente política (Darch, 2018).

Neste caso, visto que o atual presidente da República de Moçambique é originário de Cabo Delgado, a violência estaria ligada as questões étnicas dentro do partido Frelimo, que está no poder desde a independência do país. Tratar-se-ia, assim, duma «uma conspiração política de dentro de Moçambique (uma facção da Frelimo que visa prejudicar o presidente makonde do país» (Morier-Genoud, 2021: 21).

No nosso entender, ao invés de procurar uma “causa determinante”, resulta mais produtivo identificar o conjunto de concausas cujos complexos laços, têm contribuído à ascensão e radicalização do fenómeno do terrorismo ao longo destes cinco anos.

3.2. Causas económicas

Nos países africanos com recursos minerais, como é o caso da Nigéria, República Democrática do Congo, Tanzânia, Mali, Sudão, Líbia, etc., é frequente a desestabilização por parte de grupos fundamentalistas islâmicos, que têm estado a aterrorizar populações de forma cruel, obrigando-as a fugir das suas vilas ou aldeias para refugiarem-se em outros locais, como deslocados.

No caso de Cabo Delgado, é indiscutível que a descoberta de mais recursos minerais na região, despertou o interesse quer de grandes multinacionais que para lá se deslocaram para a exploração e extração dos minérios, quer de grupos fundamentalistas islâmicos, que na mesma linha cronológica, têm vindo a ocupar o território, atacando as próprias multinacionais e assim inviabilizando a exploração dos recursos minerais. Citando Siteo, «Cabo Delgado, é uma província rica em recursos naturais e minerais. Esta riqueza, que se reflete em grandes investimentos e novas dinâmicas económicas e sociais, atrai todo o tipo de interesses, desde criminosos transnacionais, investimentos Ocidentais, à islâmicos radicais, visando comprometer os interesses dos Estados Ocidentais» (Siteo, 2019: 13).

Foi criado um consórcio de várias empresas nacionais e multinacionais – incluindo a National Hydrocarbon Company (ENH), a BRPL Ventures (Moçambique), a Anadarko (Estados Unidos da América), a ENI (Itália), a Mitsui (Japão), a BTTEP (Tailândia), assim como a ONG Videsh e a Beas Rovuma Energy, ambas da Índia, que visava a exploração do gás de Palma, que, a ocorrer, converteria Moçambique num grande exportador de gás natural até 2023 (Matsinhe e Valoi, 2019: 14), o que dificilmente poderá ocorrer devido aos atrasos que se tem verificado em decorrência dos conflitos.

A Total, empresa que tem os maiores interesses e contratos com o governo, após instalar os seus estaleiros para dar início á exploração dos recursos, viu o início das suas atividades bloqueadas pela onda de ataques e pelo escalar da violência. Embora estas multinacionais estejam alinhadas com o governo moçambicano para operarem na região, este não tem sido capaz de proporcionar-lhes a devida segurança nem garantir estabilidade na região em questão.

Este fato põe igualmente em causa a construção que consta dos planos da norte-americana Anadarko para a construção de uma fábrica de processamento de gás natural liquefeito (GNL), no Distrito de Palma. Para este empreendimento, assim como para exploração do gás, foi criado um segundo consórcio de codesenvolvimento que inclui a McDermott (Estados Unidos da América), Saipem (Itália) e a Chiyoda do Japão. Diz-se que a multinacional americana de petróleo e gás ExxonMobil adquiriu 25% das participações da ENI na Área 4, um negócio em que a ENI, liderará todas as operações, enquanto, a ExxonMobil, liderará a construção e exploração de instalações de liquefação em terra. Este segundo consórcio, seria para a construção do “Afungi LNG Park”, no Distrito de Afungi (Matsinhe e Valoi, 2019:14).

O interesse e a instalação das empresas multinacionais ocidentais em Cabo Delgado trazem um questionamento quanto às reais causas do terrorismo naquela região. Segundo Morier-Genoud, «muitos intelectuais, atores religiosos e políticos, recusam-se hoje a aceitar que a violência armada tenha alguma coisa a ver com a dinâmica da sociedade muçulmana de Cabo Delgado. Acreditam, pelo contrário que a insurgência, é uma conspiração» (Morier-Genoud, 2021: 21). De acordo com estas teorias, o surgimento deste fenómeno estaria ligado a interesses ocultos ocidentais como, por exemplo, das multinacionais estrangeiras para desestabilização do continente africano e conseqüente exploração dos recursos minerais em países que os detém á baixo custo.

Contudo, numa ótica oposta, também pode-se avançar a hipótese de que o terrorismo seja efeito de uma “resistência” dos atores envolvidos em outras atividades ilícitas na região e que beneficiam das lacunas existentes na vigilância por parte das autoridades governamentais e da corrupção. A exploração dos recursos como o gás natural liquefeito e o petróleo, sendo atividades de longo prazo, implicariam a contratação de empresas de segurança privada para assegurar a vigilância das suas instalações e dos seus estaleiros, o que implicaria uma maior monitorização por parte das autoridades locais, inviabilizando desta forma as práticas ilícitas, como o tráfico de drogas, contrabando de madeiras, de

pedras preciosas e outros minerais importantes, limitando assim a exploração ilegal de minérios, comumente designada por garimpo (da Silva, 2020).

Analisando a situação de uma forma mais ampla, são diversos os interesses que estão em causa e que proporcionam avultados ganhos financeiros, o que levanta a hipótese de que poderão alguns grupos económicos estar por detrás destes ataques: «Aquela zona, é de tráfico de drogas, de madeiras, de pedras preciosas e outros minerais importantes. Pode haver ramificações internas não só de empresários financiadores, mas também de elites políticas e militares associadas ao assunto e interessadas no próprio conflito para a abertura de um corredor que facilite esse tráfico» (Mosca 2020). Todos estes grupos, independentemente de poderem ser nacionais ou estrangeiros, retiram muitos benefícios com a situação de instabilidade em Cabo Delgado.

No nosso entender, e de acordo com a ótica do Professor e economista moçambicano João Mosca (2020), as duas hipóteses, mais de que opostas são complementares. Mosca, classifica a riqueza de Cabo Delgado como “a maldição dos recursos”, reconhecendo-a como a causa principal do terrorismo na região. Contudo, também admite que as outras atividades ilícitas praticadas em Cabo Delgado, contribuem para o escalar da violência, assim como, a luta incessante por parte do Estado contra os terroristas para estabelecer a segurança para o início das atividades das multinacionais.

Mirko Manzoni (2021) corrobora esta teoria afirmando que, «trata-se, sim, de terrorismo, criminalidade e tráfico de todos os tipos que se desenvolveram por causa da falta de controle governamental» (Manzoni, 2021). O tráfico e o contrabando são práticas recorrentes naquela região. Todavia, o súbito interesse das multinacionais pela província em particular acarretaria uma maior vigilância, inviabilizando deste modo todas as atividades ilícitas ora praticadas impunemente ou com a cumplicidade de agentes governamentais corruptos.

3.3. Causas religiosas

Olhando para esta região do Norte de Moçambique, é de ressaltar que pesam outras questões de entre elas religiosas e sociais, visto que, o Centro e o Norte de Moçambique têm uma maioria populacional que professa a religião islâmica, se sente excluída socialmente e discriminada pelo governo, vivendo no limiar da pobreza pela falta de

desenvolvimento socioeconómico (empregos, saúde, educação, alimentação, infraestruturas, etc.).

As mesquitas são muitas das vezes os locais de recrutamento, sobretudo em países onde o Islão, é praticado por uma minoria e é previsível que dentro destas minorias surjam ou se incentive a prática do fundamentalismo como forma de afirmação, imposição social e política, como a que aparentemente, visa converter o norte de Moçambique numa região unicamente muçulmana, onde a Lei da Sharia, seria aplicada á todos os residentes da Província de Cabo Delgado. Porém, embora as causas religiosas tenham sido fortemente defendidas, o tempo demonstrou que não seria apenas esse o fator de escolha de Cabo Delgado, visto que o islão, é praticado em todo o país, embora tenha maior incidência no Norte. Por conseguinte, tem de ser descartada a hipótese que coloca a questão religiosa como a causa fundamental e principal motivação para justificar os ataques e a instabilidade em Cabo Delgado. Esta teoria, foi negada pelo líder do Conselho Islâmico de Moçambique (CISLAMO) em Cabo Delgado. Segundo este líder religioso, «este grupo não passa de um movimento político que esteja a reivindicar perante o Governo, usando uma certa via para poder ganhar a comunidade, como se fossem princípios islâmicos quando na realidade não o são» (Chichava, 2020:1).

Segundo defende Mirko Manzoni (2021), «esse conflito se desenvolveu ao longo de vários anos, também na vizinha Tanzânia». De acordo com a opinião do enviado especial da ONU em Moçambique, neste país que faz fronteira com Moçambique - e concretamente na Província de Cabo Delgado – estes tipos de conflitos, já existiam e foram a porta de entrada e saída para estes grupos para perpetrar os seus ataques em Cabo Delgado.

Segundo Manzoni, a «dimensão religiosa não deve ser superestimada. Desde o começo, os muçulmanos moçambicanos, numerosos nesta região, reagiram dizendo que o conflito não era religioso» (Manzoni, 2021). A questão religiosa tem sido muito enfatizada desde o início dos ataques, mas, na verdade, «está sendo usada como um pretexto» (Manzoni, 2021), como aliás corroborado pelos muçulmanos locais.

Não se pode ignorar, contudo, o facto de denúncias terem sido feitas por altos líderes muçulmanos da região, de que vários jovens locais eram recrutados nas mesquitas e que alguns destes jovens, tinham saído das aldeias para outros países. Antes destes ataques, populares e líderes religiosos da comunidade muçulmana desta província já falavam da presença deste grupo. Igualmente, a imprensa reportava a presença de certos “elementos

estranhos” em Cabo Delgado que incitavam a população, a opor-se ao Estado laico através da defesa de uma versão radical do Islão, assim como a reação da comunidade muçulmana de Cabo Delgado à chegada do “Al Shabaab” naquela região (Chichava, 2020).

Matsinhe e Valoi (2019: 13) citam o antigo Ministro da Saúde moçambicano, o Professor Dr. Ivo Garrido, que afirmou «evidências indicam que muitos destes jovens são nossos filhos, recrutados dos nossos bairros, o que exige um estudo sociológico para responder à questão porque é que os nossos próprios filhos estão a ser recrutados». Esta afirmação, vem suportar o que muito se tem especulado pelos anciãos e líderes religiosos locais, que defenderam que o grupo terrorista vinha recrutando para as suas fileiras jovens locais sob a promessa de valores monetários e a melhoria das suas condições de vida ao se juntarem a si.

Segundo alguns líderes religiosos, entrevistados por Morier-Genoud, «estes apontam mais amplamente para o wahhabismo e estudantes moçambicanos que estudaram em universidades da Arábia Saudita, egípcias e sudanesas» (Morier-Genoud, 2021: 6-7) que retornam com hábitos religiosos estranhos e diferentes das práticas comuns do islão, o que chamou a atenção dos líderes religiosos locais. Outro fator, que não passou despercebido, deve-se sobretudo à forma de como as mulheres trajavam-se, vestindo-se com roupas pretas que cobriam todo o corpo, numa região com temperaturas muito elevadas, onde o calor era insuportável para tal tipo de indumentária, que não correspondia aos trajes típicos dos muçulmanos locais. Por sua vez, os homens igualmente, vestiam-se de modo atípico pois, as suas calças eram demasiado curtas e não chegavam a ser consideradas calças no verdadeiro termo da palavra, para além das suas práticas e hábitos incomuns que eram praticados nas mesquitas. Estes jovens haviam regressado ao país vindos do exterior, o que levantou suspeitas sobre o que pretendiam trazer com tais mudanças, tendo os líderes religiosos locais ficado em alerta máximo diante da situação (Morier-Genoud, 2021).

Um clérigo muçulmano, referido por Matsinhe e Valoi, afirmou que «os jovens rejeitaram as nossas mesquitas e recusaram-se a fazer as cinco orações prescritas. Em vez disso, fizeram as suas próprias orações» (Matsinhe e Valoi, 2019: 9), denunciando assim um comportamento, que é contra as regras e tradições que fazem parte da sua religião islâmica, bem como dos sagrados mandamentos islâmicos. Tendo ainda o clérigo, comentado que se trata de “um grupo que se cobre com o manto do Islão”, isto é, que usa

o islão para justificar as suas ações e práticas obscuras, não inerentes á religião (Matsinhe e Valoi, 2019: 9).

Atentando a estes factos sobre a questão religiosa, não se pode ignorar que, embora não configure a motivação para o terrorismo em Cabo Delgado, contudo, é um fator que propicia e de alguma forma contribui para que os terroristas consigam alargar os seus grupos e expandi-los para outras regiões, usando as mesquitas como abrigo e esconderijo para os seus elementos.

A interligação entre as práticas terroristas e a vertente religiosa, quando não abordadas com suficiente rigor, poderão despoletar outros tipos de conflitos na região, visto que a maioria da população é muçulmana e os terroristas que se encontram ali instalados e misturados á população, poderão utilizar o argumento da perseguição e assédio religioso por parte das autoridades como pretexto para atizar os ânimos e desencadear novos conflitos, perpetuando o terrorismo na região e eventualmente alastrando o fenómeno para outras províncias vizinhas de Cabo Delgado, que servem também de refúgio para os terroristas.

3.4. Causas sociais

As autoridades governamentais estão longe de ter a capacidade de garantir as necessidades mais básicas da população de Cabo Delgado. Por conseguinte, alguns grupos que se sintam excluídos tentam encontrar um meio de se fazer ouvir ou impor as suas vontades como forma de se auto incluir socialmente através do uso da violência e da profecia de uma religião. Estes grupos são normalmente constituídos por jovens, que não tem qualquer esperança de que as suas vidas mudem para melhor, não têm escolaridade porque o ensino não abrange todo o país, mas, no entanto, tem sonhos de um dia construir uma vida melhor, embora as condições e recursos disponíveis indiquem o contrário.

Matsinhe e Valoi (2019) afirmam com base nesta situação que os jovens, procuram e esperam por novas oportunidades de emprego, mas sem sucesso, dado o número elevado de jovens desempregados na região de Cabo Delgado, considerando-se discriminados em detrimento dos jovens vindos da capital, no que concerne às oportunidades de emprego. De facto, muita expectativa foi gerada com a transformação de Cabo Delgado no “El-Dourado” do país, através do desenvolvimento dos grandes projetos económicos, que

apontavam para novas possibilidades de emprego em serviços nas áreas de hotelaria, alojamentos locais, restauração, estações de serviço, bem como no setor petrolífero e gasoso de Palma – incluindo logística, exploração, perfuração, construção, operação de máquinas, manutenção de equipamentos, segurança, etc. A população de Palma vislumbrava assim um futuro de novas oportunidades, sobretudo para os seus jovens. Mas, esses jovens locais viram a sua esperança gorada, o que causou desilusão, porque estes empregos foram distribuídos para os jovens que vinham de Maputo, a capital do país, gerando fortes sentimentos de revolta (Matsinhe e Valoi, 2019: 13).

Em declarações feitas no ano de 2018, com relação aos ataques terroristas em Cabo Delgado, o Professor Ivo Garrido, ex-ministro da Saúde moçambicano, refere que, a «exclusão social parece ser a causa principal dos ataques [...] todos os anos cerca de 800.000 jovens, procuram emprego onde o governo, na melhor das hipóteses, cria 100.000 postos de trabalho». Conclui assim, afirmando que «a cada ano que passa, a bomba-relógio está a tornar-se cada vez mais perigosa», na medida em que, «o desemprego é o problema político número um» (Matsinhe e Valoi, 2019: 13).

Por sua vez, para Darch «enquanto continuar a competição pelo acesso a benefícios dos megaprojetos com pouco impacto sobre as infraestruturas ou o emprego, permanece altamente improvável que as razões básicas do descontentamento popular sejam tratadas» (Darch, 2018: 25). Analisando esta narrativa, fica subentendido que existe uma elite política que disputa entre si os dividendos que poderá obter para benefício de uma minoria, em contraste com a grande maioria da população, que não poderá beneficiar das transformações, perpetrando-se a exclusão social e a pobreza da população mais desfavorecida. O autor defende ainda que o crescimento económico tem estado em causa como consequência do comportamento da elite, que embora, sustentada a níveis elevados por longos períodos após o AGP, não tem conseguido produzir benefícios concretos, como uma paz próspera e positiva (Darch, 2018).

Por sua vez, o Professor e investigador moçambicano José Jaime Macuane (2018) demonstra como a falta de oportunidades de empregos, constitui um problema que se agrava com o desequilíbrio do poder político, a falta de segurança e uma distribuição equitativa de recursos; situações estas recorrentes, que acabam gerando conflitos e tornando o país ainda mais vulnerável a guerras civis, assim como ao terrorismo.

Em conclusão, a análise desenvolvida relativamente às causas do terrorismo tem mostrado que o fenómeno, surge da complexa relação de múltiplas razões, entre elas

intimamente e indissolúvelmente interligadas. Perante as expectativas de desenvolvimentos geradas pelos grandes investimentos económicos ligados à indústria extrativa, a situação de pobreza, desemprego estrutural e exclusão social torna-se ainda mais insustentável, gerando um forte sentimento de revolta. Neste contexto, por vezes a fé religiosa torna-se o último recurso de sobrevivência e de esperança em dias melhores, tornando os jovens alvos fáceis para recrutar para serem membros ativos de grupos fundamentalistas islâmicos. Em suma, o sucesso no recrutamento por grupos religiosos fundamentalistas, poderá estar associado à pobreza e ao desemprego. Nesta senda, a estabilidade e a paz efetiva, terão de passar necessariamente pela afirmação de políticas sociais inclusivas, viradas à criação de empregos, à luta contra a pobreza e ao desenvolvimento social. Não sendo possível, por outro lado, criar uma sociedade equilibrada quando exista uma atmosfera de insegurança.

CAPÍTULO II

1. A resposta do governo moçambicano à insurgência em Cabo Delgado

1.1. Inação

O governo moçambicano, desde o início das denúncias da existência de grupos terroristas em Cabo Delgado, recusou-se a aceitar que os ataques fossem configurados como terrorismo, que os grupos que os perpetravam fossem estrangeiros e que tivessem ligações com os conhecidos grupos regionais, que atuam no continente africano. Considerou, pelo contrário, que a destabilização tinha resultado da tentativa por parte de jovens locais marginalizados de sabotar os investimentos que estavam previstos iniciar na região.

Esta postura de relativização contrariava diversos relatos e alertas na região que eram reportados às autoridades governamentais, pelos próprios muçulmanos da Província, assim como, as informações veiculadas pelos jornais de âmbito internacional, que apresentaram a possibilidade de uma incursão de grupos islâmicos fundamentalistas (Morier-Genoud, 2021).

A inação do governo visava em primeiro lugar refrear os ânimos e conter os danos, na convicção de que o governo, conseguiria controlar facilmente a situação através das Forças Armadas de Defesa e Segurança moçambicanas, sem ter de recorrer ao apoio ou intervenção externa. Em segundo lugar, a exigência de manter uma aparência de estabilidade na região estava ligada à necessidade de responder às expectativas dos atores envolvidos nos megaprojetos de investimento da região, garantindo o êxito das negociações que se encontravam em curso e a manutenção dos contratos de exploração. Admitir ou dar ênfase ao terrorismo, assim como à possível presença do Al-Shaabab no comando das operações em Moçambique, provocaria provavelmente o desinteresse dos investidores estrangeiros, visto que o ocidente encara o terrorismo com muita seriedade e os estados são rigorosos na vertente de proteção dos seus cidadãos assim como dos seus investimentos.

É prazível, portanto afirmar que poder-se-ia estar perante uma reação de cautela por parte do governo, visto tratar-se de uma matéria delicada e melindrosa, que requer tato e estratégia para além de uma investigação profunda relativamente aos acontecimentos em

Cabo Delgado. Parecia, de facto, o caminho menos danoso para o governo moçambicano; um caminho, que permitira evitar a derrocada dos encaixes financeiros previstos e o abandono dos diversos investidores e das multinacionais estrangeiras. Deste modo, seria garantido o retorno em termos de benefícios para o desenvolvimento do país, assim como para os membros do partido no poder, que por via de empresas privadas posicionavam-se para aproveitar o ambiente de negócios. Contudo, negar o problema significava desenvolver soluções pouco eficazes, como a contratação de “empresas de segurança privada” classificadas como grupos mercenários. Soluções estas que por não serem adequadas, contribuíram à rápida radicalização do fenómeno do terrorismo.

O facto de a população de Cabo Delgado há muito se sentir marginalizada pelo poder político, reforçou a sua insatisfação para com o governo, tanto pelas suas expetativas frustradas de desenvolvimento e também de uma vida melhor. Assim, segundo Simon Allison, que não por acaso, intitula o seu artigo no jornal *The Guardian*: “A misteriosa insurgência de Moçambique”, «poucos observadores previram que esta província sonolenta se tornaria o marco zero para um novo e misterioso conflito [...]. Contudo, uma revolta popular de menor escala contra o governo por um curto lapso de tempo, que pudesse resultar de um conflito possivelmente étnico ou religioso, seria bem provável, assomando-se ao historial de guerras civis em Moçambique, e à constante instabilidade política do país» (Allison, 2018).

O secretismo, que norteou os dirigentes assim como os responsáveis das áreas de Defesa e Segurança sobre os ataques e que se manteve desde o seu início, poderia ser também interpretado inicialmente como uma eventual estratégia de defesa traçada pelo governo, com vista a ocultar o que sucedia ou a identificar e surpreender os insurgentes. Porém, vale ressaltar que, se assim era, esta estratégia falhara completamente porque o crescimento dos grupos, a intensidade dos ataques e o agravamento da violência, demonstraram uma incapacidade do governo de resposta para combater este tipo de situações. (Okunade et al., 2021).

A insistência do governo numa hipotética teoria de desestabilização levada a cabo por atores locais, nomeadamente muçulmanos locais que queriam sabotar o governo e transformar a província numa região islâmica, o bloqueio da informação pública e dos meios de comunicação social locais e estrangeiros, a desvalorização constante da hipótese da insurgência do terrorismo, foram todos fatores que impediram de facto de tomar as medidas cabíveis para erradicar a ameaça (Nhamirre, 2021).

Todavia, no sentido contrário ao do governo moçambicano, organizações internacionais de monitoração como a Africa Center for Strategic Studies (2018), assegurava que o Norte de Moçambique, estava a enfrentar uma situação de extremismo violento e o Consórcio de Pesquisa e Análise Terrorista (TRAC), já colocava Moçambique como país com forte possibilidade da presença de fundamentalistas islâmicos, tanto que a notícia dos ataques terroristas em Cabo Delgado, no estrangeiro deu-se a conhecer por via de um jornal norte-americano, que falava abertamente da presença do Estado Islâmico em Moçambique.

Outro elemento fulcral pela compreensão da ineficiente resposta do governo é a incapacidade das Forças Armadas (FADM) de lidar com a situação. O GRI (2018), no seu relatório, levanta uma questão pertinente, se as Forças de Defesa e Segurança do país serão capazes de eliminar a criminalidade em Cabo Delgado, dado que se tem mostrado incapazes e inconsistentes até ao presente.

As FADM e as Forças policiais nas aldeias afetadas, empregaram o uso excessivo de força contra a população, através de práticas de detenções arbitrárias de cidadãos, ações estas que foram diversas vezes denunciadas (Okunade et al., 2021). O que causou ressentimento na população, visto que ao Estado, cabe zelar e garantir a sua proteção e bem-estar e não cometer atos bárbaros, que visem agravar a sua situação em meio ao terror e medo com que se encontra confrontada. Estas ações das FADM, que culminaram em situações de detenções de jovens sem qualquer acusação ou culpa, infligindo-lhes tratamentos coercivos e desumanos, abriu precedentes para que houvesse a convicção de que as autoridades teriam urgência em minimizar a situação. Assim, com vista a demonstrar a sua rapidez e eficiência na detenção dos terroristas, arrastavam e maltratavam jovens locais inocentes (Matsinhe e Valoi, 2019).

Perante a emergência do terrorismo, os ataques frequentes, o aumento crescente da violência e dos números de mortos, das casas incendiadas e do elevado número de deslocados e desaparecidos, a solidariedade do governo e das instituições teria trazido serenidade às populações. Contudo, o governo e o Presidente da República não pronunciaram uma única palavra sobre o assunto e ainda evitaram responder, quando eram questionados. Por conseguinte, o povo de Cabo Delgado sentiu-se abandonado pelo Estado moçambicano.

A polícia e os meios de comunicação estatais a (TVM e o Jornal Notícias), pelo contrário, desempenharam um papel que, longe de representar um serviço público,

limitava-se a seguir as orientações do Governo e do partido no poder. Como refere a GRI: «minimizam o que está a acontecer em Cabo Delgado, como querendo mostrar que não acontece nada? Será por acaso um ajuste de contas entre políticos, que eles sabem que devem pagar o preço?» (GRI, 2018). Em casos de denúncias de situações de instabilidade em que as populações se encontrem em risco, os meios de comunicação social têm de dar a conhecer publicamente aos cidadãos os factos ocorridos para que estes possam tomar medidas preventivas, como por exemplo abandonar as zonas de risco antes de serem atacadas.

1.2. Reação insuficiente

Moçambique faz atualmente parte de um conjunto de países africanos alvos do terrorismo. E, é um facto inegável que o Estado moçambicano não tem capacidade militar ou medidas de contraterrorismo para fazer face á este tipo de fenómeno. Por outro lado, a União Africana, tem demonstrado carecer de estratégia de prevenção e de combate para a erradicação deste fenómeno no continente: embora nos últimos anos, tenham sido elaboradas diversas leis de combate ao terrorismo e sido criadas estratégias de contraterrorismo, estas têm se mostrado ineficazes (Okunade et al., 2021).

De todas as ações praticadas pelo governo, com vista a identificação dos grupos que atuam em Cabo Delgado, foram perceptíveis diversos factos inexplicáveis que demonstravam uma completa descoordenação e incapacidade das autoridades governamentais locais, em liderar as operações com vista á erradicação da insurgência desde o seu início.

Como forma de fazer face aos terroristas, as aldeias foram alvo da intervenção militar. Num primeiro momento, «o Estado criou um cordão militar apertado e fomentou uma cultura de medo na área» (Matsinhe e Valoi, 2019: 6).

Esta medida, porém, não trouxera a segurança que se pretendia, e tão pouco fora eficiente para desencorajar ou repelir estes grupos de insurgentes, que não se retraíram e continuaram com as suas investidas. A população, viu-se mergulhada numa situação de medo pela militarização da zona e pelo facto de os ataques não terem cessado, mesmo com a presença das autoridades policiais e dos militares das FADM.

Os Serviços de Informação e Segurança do Estado (SISE) têm mostrado deficiências no seu desempenho, falhando na sua missão de vigilância sobre o território nacional em

geral, e em particular, em Cabo Delgado. Esta ineficiência contribuiu para o insucesso das FADM e das forças policiais, gerou descoordenação e em contraponto, um suposto otimismo das FADM quanto a facilidade com que a insurgência seria controlada. O otimismo revelou-se logo ilusório, na medida em que a organização dos terroristas superava e muito a das autoridades, manifestando-se em estratégias bem definidas, capazes de criar bastões em que nem as FADM e as forças policiais pudessem entrar; de atacar às forças governamentais e os militares das empresas de segurança privada internacionais que se encontravam no local.

Das diversas soluções imediatas que o governo tentou encontrar, segundo Orfeu Lisboa, «o Estado moçambicano respondeu à última crise ao firmar acordos de segurança com os governos da Tanzânia, RDC e Uganda em 2018; ao criar um comando militar regional; e movendo mais tropas para o Norte» (Lisboa, 2018). Contudo, na perceção do mesmo autor, faltou por parte do Estado moçambicano, junto dos seus parceiros a elaboração de outras estratégias e medidas não militares, funcionais para colmatar as questões socioeconómicas e religiosas, de modo a evitar a insatisfação das minorias e o sentimento de exclusão das populações. As ações praticadas pelo Estado acabaram sendo de facto conotadas com ações de terror e com o seu patrocinado contra os moçambicanos inocentes, dada a violência que era exercida por parte das FADM, aprofundando a crise na região. Esta situação culminou em elementos da população, que para fugir às incursões dos militares, acabavam sendo conduzidos para as malhas dos insurgentes (Okunade et al., 2021).

Por outras palavras, o medo não se combate com o medo, e a violência do Estado teve como único resultado uma revolta maior e uma fragilização ulterior do Estado e do governo.

Outra medida tardia, embora útil, mas que também não foi eficiente no momento, tem sido a promulgação de uma Lei antiterrorismo aprovada em 2018, «which stipulates that anyone who commits, plans, prepares or participates in terrorist acts, as well as personalities who travel or attempt to travel to be a member of a terrorist organisation will all be punished». (Okunade et al., 2021: 444).

Este tipo de legislação, é pertinente na medida em que visa desencorajar a prática deste tipo de crime; porém, a aplicação da lei deve ser abrangente quer para os que a tem de aplicar, quer para os que tem de a cumprir.

Na ótica do ICG, os países da África Oriental e Austral deveriam, através dos seus blocos regionais, começar a explorar como poderão conduzir operações conjuntas de aplicação de leis, com vista, a bloquear que o Al-Shabaab continue a receber o apoio dos seus militantes transnacionais, como é o caso do ISIS, cuja influência no grupo parece por enquanto fraca. Estas possíveis operações conjuntas, focar-se-iam em impedir que indivíduos no exterior possam financiar, formar ou fornecer novas tecnologias às células do Al-Shabaab, que se encontram espalhadas por diversos países do continente e outras partes do mundo. Porém, para que estas ações conjuntas tivessem sucesso, seria necessária uma forte colaboração ente Moçambique e a Tanzânia, sobretudo no que concerne a partilha de informações privilegiadas com outros serviços homólogos internacionais nas áreas de Defesa e Segurança sobre o grupo Al-Shabaab, que têm atuado simultaneamente nos dois países servindo-se das fronteiras que os ligam, com vista a limitar a expansão do grupo e suas células.

Embora Moçambique e a Tanzânia sejam vizinhos e partilhem a fronteira, não há uma forte colaboração entre ambos, havendo até desconfianças, visto que os terroristas estrangeiros têm utilizado a fronteira da Tanzânia e que, apesar da existência de uma lei de prevenção contra o terrorismo, nada tem sido feito para impedir a entrada de terroristas em Moçambique. Uma das prováveis razões, para que o governo de Moçambique também recusasse inicialmente colaborar com a SADC por conta da sua falta de confiança em outros estados-membros da organização.

Segundo Samuel Kehinde Okunade (Okunade et al., 2021), a existência destas ferramentas legais sobre o terrorismo não será suficiente para o seu combate, enquanto existir «a confluence of factors, starting from domestic ones such as underdevelopment, poverty, and historical difficulty to annihilate the RENAMO insurgency in Mozambique, to regional ones such as lack of trust in SADC to foil insurgency, and the reluctance of bigger military powers such as South Africa will continue to hobble the fight against ASWJ.» (Okunade et al., 2021: 444).

1.3. Corrupção

Um dos principais problemas que mina o desenvolvimento de Moçambique, é a corrupção já enraizada no sistema público. O país, há vários anos, é assolado por este fenómeno em diversas áreas no setor público e nas lides políticas, o que dificulta o bom

funcionamento das instituições afetando áreas chave como a saúde, a educação, a defesa e segurança, etc. A má gestão do erário público, assim como a sucessão de erros na componente política, proporcionam o ambiente para que a corrupção não seja combatida com sucesso.

Em 2017 o Estado moçambicano, pediu um empréstimo ao FMI, que começou uma investigação, juntamente com os estados doadores, tendo a Suécia contratado a empresa multinacional Kroll, que atua em diversas áreas, como consultoria de risco, investigação de fraudes e atos de corrupção, segurança e inteligência. Descobriu-se assim as “dívidas ocultas”, que culminou no desvio de dinheiro público, tendo dessa investigação resultado um processo no qual foram detidos altos quadros da hierarquia dos Serviços de Inteligência e Segurança do Estado.

Estas “dívidas ocultas” foram contraídas em 2013 com o envolvimento direto de elementos do governo moçambicano e dos Serviços de Informação e Segurança do Estado (SISE), usando garantias soberanas do Estado e à revelia da Assembleia da República de Moçambique. O despoletar deste escândalo criou grandes constrangimentos e embaraços ao Estado moçambicano, quer a nível nacional, como internacional. Foi até ao momento, o maior caso conhecido de corrupção, por implicar diretamente dirigentes no ativo à data das suas detenções, assim como a implicação direta de um antigo Chefe de Estado moçambicano, Armando Guebuza.

Os financiamentos contraídos pelo Estado moçambicano, que foram apelidados de “dívidas ocultas”, traduziram-se na constituição de três empresas denominadas EMATUM, MAM e Proíndicus, criadas sob a orientação do antigo Chefe de Estado Armando Guebuza e cujos acionistas principais eram os próprios responsáveis dos serviços secretos moçambicanos (Mirela, 2022).

Os Serviços secretos e de inteligência moçambicanos, designados por SISE, deram diferentes versões relativamente ao destino dos valores disponibilizados. A compra de barcos que serviriam para a pesca do atum no país e a compra por parte do Estado moçambicano de equipamento militar para a defesa e proteção da costa contra a pirataria marítima e para proteção dos megaprojetos em Cabo Delgado, foram as razões apontadas para justificar a contratação dos empréstimos.

O relatório da Kroll (2017) refere que a justificação apresentada pelos serviços secretos moçambicanos para a formação daquelas três empresas, residia na ameaça que representava o avanço de grupos islâmicos em Cabo Delgado aos investimentos em curso

na Bacia do Rovuma para exploração de gás natural e também potenciais ataques dos militares da Renamo.

Todavia a Kroll, no seu relatório, demonstrou que as referidas empresas tinham sido constituídas com o único objetivo de desviar dinheiro usando a tutela do Estado para benefício de alguns membros do governo, pessoas particulares e coletivas que usavam os seus cargos de dirigentes para influenciar e manipular o Estado, enriquecer ilícita e impunemente. Por conseguinte, as mesmas empresas não serviram à construção de um sistema de segurança, com vista a garantir a proteção dos megaprojetos das multinacionais na província de Cabo Delgado, contra as ameaças terroristas.

Tendo ainda o mesmo relatório chegado á conclusão de que estas três empresas mais foram um prejuízo para toda uma nação e que o objeto que se apresentava como de atuação no mercado era um embuste porque as mesmas não apresentavam alguma viabilidade.

O corte ao OE por parte dos Estados doadores á Moçambique em 2017, resultante do escândalo das dívidas ocultas, tivera um forte impacto quer a nível político como social, acarretando a falta de medicamentos nos hospitais e centros de saúde, atrasos de pagamentos de horas extras aos professores, acumulação de dívidas pelas instituições do Estado junto de fornecedores privados de bens e serviços, elevado custo de vida no país. Os ataques em Cabo Delgado vinham complicar ainda mais a conjuntura, ganhando um fôlego cada dia maior e obrigando o governo, desprovido dos meios necessários, a uma rápida intervenção. Por conseguinte, pode-se concluir que existe uma interligação entre as dívidas ocultas e o terrorismo, na medida em que a corrupção representou um entrave à criação dum eficaz sistema de segurança e controlo (GRI, 2018).

2. Teorias da conspiração

Alguma análise jornalística, apesar de não ter a mesma fundamentação científica das análises académicas, tem desenvolvido conjeturas sobre o possível envolvimento do empresário norte-americano Erik Prince e do próprio governo americano. Vamos aqui reproduzir esta discussão, na medida em que, dada a falta de informações e a dificuldade em averiguar os acontecimentos que tem tido lugar em Moçambique, nos ajudam a ter uma perceção da complexidade da questão da insurgência em Moçambique.

2.1. Erik Prince

O João Cabrita, num artigo de 2018 publicado no *The Mail&Guardian*, questiona: «qual veio primeiro, a insurgência islâmica ou Erik Prince?» (Cabrita *apud* Simon, 2018). O investigador, mesmo não conseguindo encontrar uma resposta, considera que a presença de Erik Prince e a insurgência que se estabeleceu em Cabo Delgado constituíam uma “mistura tóxica”. O questionamento de Cabrita, abre um novo terreno de análise, que aponta para a existência de “forças privadas” e grupos mercenários como atores relevantes no fomento do caos e a desordem em países instáveis, incluindo a região da Província de Cabo Delgado. Assim, com o intuito de explorar esta “hipótese conspiratória”, desenvolver-se-á nesta secção uma sumária reconstrução dos projetos do empresário norte-americano Erik Prince e, em particular, da sua relação com Moçambique.

Ex-SEAL da Marinha, o empresário norte-americano Erik Prince fundou durante a guerra no Iraque, uma das maiores empresas mercenárias no ramo da segurança privada, a Blackwater, que em 2007 envolveu-se num escândalo, matando 17 iraquianos em Bagdad (Cole, 2021).

Desde 2010 o interesse de Erik Prince virou-se para África, tendo este constituído um fundo de investimento ligado à exploração dos recursos naturais, chamado Frontier Resource Group, financiado por sua riqueza pessoal e simultaneamente, uma empresa de logística e segurança com sede em Hong Kong, a Frontier Services Group cujo maior investidor, é um poderoso banco de investimento do governo chinês (Cole, 2021).

Erik Prince, desde 2013, «vem tentando implantar uma capacidade militar privada de aviação e marítima, de pequena escala na Líbia» (Cole, 2021). Recentemente, uma investigação desenvolvida pela ONU demonstrou que o mesmo empresário, em abril de 2019, procurou desenvolver o “Opus project”, na tentativa de quebrar o embargo de armas à Líbia e desenvolver uma empresa militar privada para armar e fornecer apoio na área de “intelligence services” ao Khalifa Haftar. Aliás, o Prince, apoiante de Trump, contratara advogados federais para pressionar o governo do antigo presidente norte-americano Donald Trump, em questões geopolíticas em África e desta forma obter o apoio político nas operações na Líbia (Rondeaux, 2021).

Segundo Cole (2021), o empresário Erik Prince tentou apresentar a Opus como sendo uma empresa com fins comerciais, uma «entidade de "serviços de logística de petróleo e

gás"» (Cole, 2021), disfarçando assim a sua verdadeira natureza e a sua missão. Quando as verdadeiras intenções foram descobertas, os mercenários contratados tiveram de intentar uma fuga. De facto, longe de ser uma estratégia específica do “projeto Opus”, a constituição de empresas comerciais como cobertura para as empresas de seguranças privadas representa um *modus operandi* típico de Erik Prince. Assim, já em 2014, numa das primeiras propostas mercenárias de Erik Prince em África, o Prince foi contratado para o assassínio de um criminoso de guerra chamado Joseph Kony, chefe de uma guerrilha designada Lord’s Resistance Army e seu Exército, que tentou estabelecer um governo teocrático no Uganda. Para esta operação Erik Prince apresentou a empresa Bridgeporth como sendo vocacionada na área de pesquisa geológica, mas esta representava de facto uma "cobertura" da missão "matar ou capturar Joseph Kony" (Cole, 2021).

Em conclusão, o empresário Erik Prince representa uma presença constante em diversas zonas de conflitos (Síria, Iraque, Irão, Iémen, Congo, República Democrática do Congo, etc.), oferecendo serviços que vão desde o envio de mercenários, venda de armas e desestabilização de estados com vista a criar o caos, para assim intervir com as suas empresas de segurança privada como contratado desse mesmo Estado. As ligações deste empresário á diversos governos e líderes mundiais, assim como a grupos rebeldes opositores de governos, permitem que este circule nos meandros internacionais com um forte lobby e facilidade de influenciar.

O interesse de Erik Prince por Moçambique surge entre 2013 e 2015, levando diversos investigadores e analistas, como João Cabrita, Calton Cadeado, Simon Alysson, a questionar e investigar relativamente a uma presumida ligação entre o Erik Prince e o surgimento do terrorismo em Cabo Delgado.

Nessa altura, Eric Prince ofereceu-se para comprar as empresas MAM e Proíndicus, prometendo eliminar os “terroristas de Cabo Delgado” num prazo de 90 dias a troco de 750 milhões de USD (Simon, 2018). A descoberta das “dívidas ocultas” e as investigações do FMI bloquearam os projetos de aquisição das empresas. Contudo, perante às propostas de Erik Prince surgem perguntas inquietantes: Porque um empresário, que visa obter lucros, tem tanto interesse em adquirir empresas cuja criação é duvidosa e está sob investigação internacional, para além de comprovado que não geram qualquer lucro? Haverá uma ligação entre os grupos terroristas ativos em Cabo Delgado e o Erik Prince? Onde os insurgentes obtinham os valores monetários para aliciar os jovens locais? O ciclo

de violência que se vive em Cabo Delgado, terá sido propositadamente orquestrado por indivíduos ou corporações para tirarem partido dos recursos do país? Ou isso não passa de uma teoria de conspiração?

Apesar desta teoria ter sido bastante levantada, até agora a hipótese da conspiração não tem uma sólida base que a sustente. Contudo, considerando o histórico de Erik Prince e a sua forma de atuar, também não pode ser descartada.

2.2. Estados Unidos

Em março de 2021, segundo o académico moçambicano Calton Cadeado, especialista em Paz e Segurança, (Cadeado *apud* Bata, 2019), deu-se a emissão pelos EUA de um Comunicado público, em que se referiam ao grupo terrorista em Cabo Delgado como pertencendo ao Estado Islâmico do Iraque e Síria-Moçambique (ISIS-Moçambique). Considerando que os Estados Unidos da América já apoiaram o Estado Islâmico na Síria, para derrubar o governo do presidente sírio Bashar Al-Assad, essa ação por parte dos EUA foi interpretada pelo académico Calton Cadeado como sendo uma forma de «publicidade a favor do grupo, precisamente, isto num contexto em que as Forças de Defesa e Segurança (FADM) tendem a ganhar terreno, o que acaba por ampliar a magnitude do grupo, o que faz com que ganhe um estatuto de ameaça credível em Moçambique bem como além-fronteiras» (Bata, 2019).

Aliás, o que deixa o autor ainda mais intrigado, é o facto de os EUA tentarem dar uma dimensão irreal do fenómeno, ainda antes de que a sua multinacional Exxon Mobil, tenha decidido a sua estratégia de intervenção relativamente à Cabo Delgado. O que o leva a concluir que, com a divulgação do seu comunicado, de facto os EUA, estariam a garantir que a vinda da Exxon Mobil se efetive com a sua segurança privada e dando uma dimensão de escala maior ao fenómeno, o que serviria para pressionar o governo moçambicano a aceitar tal situação ou se este poderia ser um acordo entre ambos os governos (Bata, 2019).

Quando se está perante cenário desconhecido para um Estado como Moçambique, onde a confiança nos governos é questionável, é passível que diversas teorias se espalhem pelos diversos meios e atores da área da investigação, como uma possível concordância sigilosa entre os EUA e Moçambique, havendo a conjectura de um possível interesse dos dois governos, em direcionar as atenções e opiniões com vista a convencer a opinião

pública de que estes ataques tem procedência de grupos fundamentalistas islâmicos, obrigando a que as multinacionais, tragam as suas empresas de segurança privada com o seu armamento, o que não seria uma intervenção direta de militares norte-americanos, mas, a partir da introdução das empresas privadas, seria possível a concretização da venda de armas para o governo moçambicano. O relatório da GRI (2018), através da análise dos comunicados dos EUA, parece aproxima-se daquelas hipóteses que consideram os EUA como gerador intencional de conflitos pelo mundo. Citando um artigo de Thierry Meyssan (2017), intitulado “O projeto militar dos Estados Unidos pelo mundo”, o mesmo relatório refere que os Estados Unidos da América criaram, após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, uma “teoria de instrumentalização da desordem”, que visa criar o caos em diversos estados para manter a sua hegemonia e controlar o mundo, através de estratégias políticas e económicas. Para pôr esta teoria de instrumentalização da desordem em marcha e assim manter a sua hegemonia sobre o mundo, «os Estados Unidos, deviam "participar no fogo", quer dizer dividi-lo em duas partes. De um lado, Estados "estáveis" (os membros do G8 e seus aliados), do outro o resto do mundo, considerado como um simples reservatório de recursos naturais» (Meyssan, 2017). Aliás, continua o mesmo artigo, infligindo esta teoria da desestabilização orquestrada pelos EUA, com vista a que apenas os considerados Estados "estáveis" é que possam aceder aos recursos, porém, com o aval dos EUA. Desse plano, resultaria a destruição sistemática de todas as estruturas de Estado, nos considerados como “reservatório de recursos”, limitando-os até em possíveis negociações com os categorizados “Estados estáveis” para exploração dos seus recursos, sem que a decisão e/ou concordância fosse tomada pelos EUA. Em suma, a destruição das estruturas de Estado, visa estabelecer um clima de conflitos e insegurança que obriga os “Estados estáveis” que têm interesse na exploração dos recursos naturais a requerer a proteção do exército americano (Meyssan, 2017).

Esta hipótese parece ser sufragada pelo facto de que, em muitos países ricos em recursos e enfraquecidos pelos conflitos, como é o caso do Iraque e da Líbia, não houve de facto nenhuma tentativa de peacebuilding; nenhuma estratégia de restabelecimento da ordem e de construção das condições da estabilidade política. Por outro lado, é notório que os EUA estão numa luta com a Rússia e a China, para controlar e dominar os recursos naturais do planeta e que tem todos fortes interesses em comum, em África e Médio Oriente.

Assim, pode-se concluir que como no caso das teorias que apontam para um envolvimento do empresário Prince, também as teorias da conspiração relativas a uma presumida “estratégia do caos” dos EUA, apesar de não conseguir ter uma apodítica prova científica, não parecem completamente inverosímeis.

CAPÍTULO III

1. Ajudas externas

1.1. A recusa do apoio militar externo e a contratação de empresas de segurança privada

Num contexto de solidariedade, perante o escalar dos conflitos em Cabo Delgado, alguns países que detém acordos de cooperação com o Estado moçambicano em diversas áreas, como é o caso da África do Sul, Brasil, Tanzânia, Portugal, Argélia e Turquia, em decorrência da escalada dos ataques que iniciaram em 2017, ofereceram ajuda militar para combater o terrorismo em Cabo Delgado.

Porém, em 2020 o Governo moçambicano, segundo Júnior (2020), através do seu porta-voz, veio a público dizer que o apoio militar está fora de questão, “No quadro do exercício da nossa soberania, não nos vinculamos diretamente aos comentários feitos por um país ou outro» (Júnior, 2020), em virtude da África do Sul e Portugal se terem pronunciado sobre as suas ofertas de apoio.

O que significa que, de 2017 á 2020, Moçambique não aceitou esta ajuda com a justificação e convicto de que teria condições para fazer face aos insurgentes, todavia, subestimara o tipo de conflito com se deparava, tendo fracassado na sua estratégia inicial de defesa. Das forças mobilizadas, primeiro a polícia e depois os militares, claramente mal treinados, para restabelecer a segurança nas zonas de conflito (Nhamirre, 2021: 3).

Durante cerca de três anos, o Governo moçambicano, alegando questões de soberania nacional e valendo-se do princípio do Direito Internacional da “não ingerência”, rejeitara todas as ajudas. Contudo, desta forma e como já referido, a inação ou a falta de respostas adequadas tem involuntariamente acarretado o crescimento do fenómeno do terrorismo, que já se prolonga há seis anos. Por outro lado, também há que admitir que a não aceitação da ajuda externa para o combate do conflito, numa região rica em recursos, permitiria também proteger Moçambique do eventual oportunismo de alguns Estados, bem como de privados que se aproveitariam da instabilidade para contornar o governo e praticar diversas atividades ilícitas.

É o caso, por exemplo, da República Democrática do Congo: um dos países mais instáveis do mundo, que se ofereceu para cooperar com o Governo moçambicano no

combate ao terrorismo, num contexto em que ambos os países estão a debater-se com o fenómeno do terrorismo, entretanto, em 2019 o Comandante Geral da Polícia de Moçambique, afirmou que os líderes dos terroristas que atuavam em Cabo Delgado, eram originários da República Democrática do Congo (RDC), enquanto que por sua vez, foram detidos jovens presumivelmente moçambicanos que eram treinados na RDC, para perpetrarem ataques terroristas em Cabo Delgado (Ramos, 2019), o mesmo, referiu-se ainda, que nesse contexto, as autoridades moçambicanas buscavam repatriar esses jovens ora detidos, para que pudessem obter informações sobre quem seriam os líderes dos grupos terroristas que atacavam Cabo Delgado, e como e por quem haviam sido recrutados, mas sem sucesso (Ramos, 2019). Porém, quando um Estado se encontra numa situação de conflito intenso, como a RDC, é sempre questionável quando se oferece para cooperar enquanto não consegue lidar, dentro das suas fronteiras, com este mesmo problema. Esta proposta de ajuda leva a questionar quais realmente eram as intenções da República Democrática do Congo; se o seu objetivo, era realmente ajudar o governo moçambicano a combater o fenómeno ou se, pelo contrário, procurava criar mais instabilidade no país, com fins que se desconhecem, para seu benefício ou de terceiros.

Outra questão, que foi salientada por diversos investigadores e analistas, nacionais e internacionais, prende-se com o presumido envolvimento de outros Estados, como referido por Meyssa numa estratégia de desestabilização da região. Retornando aqui, às teses próximas da teoria de conspiração, o relatório da GRI, releva as fortes ligações e capacidade de lobbying de Erik Price com governos de diversos países, sobretudo países que estão á braços com conflitos e que apoiam grupos rebeldes para destituição de governos legítimos em territórios com recursos minerais e energéticos.

Embora os estados sejam detentores da sua soberania, e a comunidade internacional e seus atores respeitem o princípio da não ingerência na soberania dos estados, existem Acordos e Tratados que abrangem diversas áreas, como é o caso da cooperação militar, para a manutenção da paz. Enquanto signatários, os estados têm a prerrogativa de solicitar apoio externo quando não se sintam aptos a combater por sua conta. Paralelamente, quando está em causa a proteção dos Direitos Humanos, a comunidade internacional através de órgãos como a ONU, a União Africana, a União Europeia, a NATO, a SADC, etc., tem a responsabilidade de oferecer apoio para ajudar os estados em conflito na busca e restauração da paz e segurança. Contudo, em Moçambique, e mais em geral em África, existe uma certa desconfiança em relação às verdadeiras razões e às modalidades de

intervenção do “Ocidente”, assim como em relação às organizações regionais, suspeitas de oportunismo e corrupção. O que poderá ter contribuído para que desde o início do conflito em Cabo Delgado, o Estado moçambicano para repelir as ofertas para deter o fenómeno do terrorismo, sempre se recusou a aceitar tratar-se de uma situação de tamanha magnitude e preferiu colocar a situação numa menor dimensão, tratando-a como uma questão de ordem pública, sob a qual, teria controlo, uma rápida capacidade de resposta e resolução. Embora nada garanta que o apoio militar externo imediato conseguisse garantir a erradicação do terrorismo em Cabo Delgado, um facto resulta inquestionável: como afirma o Professor Eric Morier-Genoud, num artigo publicado no *The Continent*, (Morier-Genoud, 2018), caso o governo não consiga restabelecer a segurança em Cabo Delgado, e o nível de violência se mantenha por um período longo, é possível que as multinacionais percam o interesse e removam as suas usinas para fora de Moçambique. Uma fuga dos investimentos, que acarretaria à perda de empregos, a inevitável crise de deslocamento da população em fuga da violência e a definitiva tomada da Província de Cabo Delgado pelos terroristas.

Por outro lado, a rejeição do apoio militar internacional levou o governo moçambicano a procurar soluções alternativas, como as empresas de segurança privada para intervenção em território nacional no combate ao terrorismo.

Três empresas privadas atuaram em Moçambique, designadamente o Grupo russo Wagner - desde setembro de 2019, tendo-se retirado em novembro de 2019, após ter perdido militares nos combates com os terroristas, tendo em Abril de 2020 sido contratada a empresa Zimbabwiana DYCK ADVISORY GROUP (DAG), cujo contrato durou até Abril de 2021 e por último entrou em cena o Consórcio Paramount e Burnham Global da África do Sul e Dubai, que até Novembro de 2021, encontrava-se no terreno (Nhamirre, 2021: 4).

Porém, segundo informações avançadas por Lionel Dyck, coronel zimbabwiano na reserva e proprietário do DYCK ADVISORY GROUP (DAG), este afirmara que fora abordado pelo “chefe de Polícia de Moçambique” em setembro de 2019, mas a sua presença só fora anunciada em outubro de 2020 (Beula, 2020: 1).

Esta matéria sobre as empresas de Segurança privadas levantou muitas opiniões e controvérsias, dado que várias abordagens sobre o assunto foram feitas, desde as razões que levaram o governo a optar por esta via, desde a recusa da ajuda, á demora na solicitação da mesma. Segundo Okunade: «In soliciting assistance from external parties

and individual SADC members, the Mozambican government also exposed the distrust that exists among SADC member states and in away, indirectly admits on Mozambique and its immediate region (SADC)'s incompetence towards combating the menace of ASWJ insurgency. The government sought assistance from private security firms in Russia, Zimbabwe, and South Africa» (Okunade et al., 2021: 443).

A presença das tropas estrangeiras visava apoiar as Forças de Defesa e Segurança no combate aos insurgentes, em Cabo Delgado. Todavia, investigadores e observadores, levantaram questões relativamente à viabilidade da decisão do governo, sendo notório como os mercenários atuam em cenários de conflitos, não sendo responsabilizados em caso de violação dos Direitos Humanos. Assim, levantaram-se questionamentos sobre o porquê de o governo de Moçambique, ter preferido os mercenários russos em detrimento de apoio de forças regionais ou de Estados vizinhos?

O diretor do Centro para a Democracia e Desenvolvimento (CDD), Adriano Nuvunga, afirmou em entrevista que «Achamos inconcebível que Moçambique, esteja a usar mercenários hoje, porque durante os últimos 10 anos o Governo, reservou 20% do Orçamento de Estado para o exército, mas, esse dinheiro não era usado para modernizar e apetrechar o exército porque não havia transparência» (Júnior, 2020). Aliás, continua o Nuvunga, «a utilização de militares privados estrangeiros em Cabo Delgado, é uma opção inadequada para a situação, fundamentalmente, porque eles são uma solução de curto prazo, mas a médio prazo, criam problemas» (Júnior, 2020). Deste modo, o Nuvunga apoia a tese já defendida ao longo deste capítulo, de que os mercenários quando atuam em regiões de conflitos, não contribuem à instauração da paz, incrementando, muito pelo contrário, a desestabilização e a insegurança. Assim, em Moçambique, a chegada das tropas privadas coincidiu com um aumento na intensidade da violência e na frequência dos ataques terroristas às aldeias, aos estaleiros das multinacionais e seus trabalhadores e aos hotéis que albergavam cidadãos estrangeiros.

Em conclusão, a presença das chamadas empresas de segurança privada, conhecida como contratação indireta de mercenários, gera mais desordem e destrói as condições de pacificação dos conflitos. Verificou-se tanto em Moçambique, como em muitos outros países como a Líbia, Sudão, República Democrática do Congo, Síria, Iraque, etc.

Nuvunga, ressalva ainda que Moçambique, deveria abster-se de utilizar mercenários no quadro da convenção [da União Africana], ainda que a mesma não tenha sido assinada, porque vai em contramão na dinâmica atual da governação militar e da gestão da

soberania, dado que existe a intenção ao nível da ONU, de eliminar definitivamente o mercenarismo, com vista, a erradicar a grave ameaça que este tipo de grupos representa para a independência, soberania e integridade territorial e desenvolvimento harmonioso dos Estados (Beula, 2020: 2).

1.2. O apoio da SADC

A SADC, não foi solicitada de imediato para apoiar o combate ao terrorismo em Cabo Delgado. Só volvidos dois anos do início dos ataques terroristas é que o governo moçambicano resolveu se aproximar oficialmente da SADC, pedindo ajuda. Esta mudança de atitude deveu-se à várias razões, entre as quais as inúmeras críticas e a pressão de que o governo era alvo, dentro e fora do país, pela contratação das empresas de segurança privada como a Wagner da Rússia e da DICKS do Zimbabwe (Okunade et al., 2021).

Segundo o académico moçambicano Calton Cadeado (Cadeado *apud* Ramos, 2020), era suposto que se buscasse apoio na região, visto que Moçambique não está isolado e tem uma relação de amizade e cooperação com os países á sua volta. Por essa razão, não se compreende a decisão de contratar serviços de empresas privadas - que deveria pagar – ao invés de consultar os estados vizinhos e a SADC. Contudo, continua Cadeado, Moçambique só se lembrou dos seus vizinhos quando o problema do terrorismo ficou fora de controlo e o governo moçambicano viu-se numa encruzilhada e sem eventuais soluções à vista. Em suma, o governo decidiu-se a pedir apoio à SADC apenas quando se tornou evidente que os mercenários contratados não iriam conseguir conter o fenómeno do terrorismo em Cabo Delgado e que os terroristas, longe de ser “diletantes”, eram bem armados, com evoluída capacidade de combate e capazes de produzir baixas nos militares contratados.

Embora o governo moçambicano tivesse diversas opções de apoio que pudesse solicitar e ainda ofertas dos parceiros de cooperação internacionais ocidentais, insistia em recusá-las, continuava a preferir o ocidente, enquanto fazia uma aproximação tímida na região, mas com um desconforto que era perceptível aos olhos de diversos investigadores e analistas. Samuel Kehinde Okunade refere que «in soliciting assistance from external parties and individual SADC members, the Mozambican government also exposed the distrust that exists among SADC member states and in a way, indirectly admits on

Mozambique and its immediate region (SADC)’s incompetence towards combating the menace of ASWJ insurgency» (Okunade et al., 2021: 443).

Em maio de 2020 decorreu uma Cúpula Extraordinária da SADC, em que estiveram presentes os Chefes de Estado e de Governo da SADC e o Presidente da República de Moçambique. Os atos de violência praticados pelos terroristas e grupos armados em Moçambique foram condenados por todos os presentes, tendo a SADC também se comprometido a ajudar Moçambique no combate ao terrorismo (Okunade et al., 2021). Contudo, na mesma reunião, também foi denunciada a incompetência do governo de Moçambique; a sua atitude pouco clara e a falta de transparência.

No entanto, a reunião não se traduziu numa postura imediata para ações concretas de apoio por parte da SADC (Okunade et al., 2021: 444). Enquanto isso, pelo lado contrário, o governo norte-americano, agiu nessa altura, quando organizou uma ação de formação e treino militar de dois meses para as forças de defesa e segurança de Moçambique – o Joint Combined Exchange Training (JCET). O projeto visava o ensino de estratégias para estancar a propagação do terrorismo e o extremismo violento. Os terroristas responderam ao envolvimento destes “novos atores” em 24 de março de 2021, com o ataque mais violento de todos os que já ocorreram. Segundo Samuel Kehinde Okunade: «mais de uma semana após o anúncio do JCET, os insurgentes lançaram seu ataque a Palma. Este momento ousado, foi uma acusação sobre os esforços da SADC até então e um aviso de que a iniciativa EUA-Moçambique não desencorajava os insurgentes» (Okunade et al., 2021).

O mesmo ataque foi também o elemento impulsionador de uma postura mais ativa por parte da SADC, que organizou uma nova Cúpula Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo. De acordo com Okunade, «the SADC Organ technical deployment to the Republic of Mozambique, and the convening of an Extraordinary Meeting of the Ministerial Committee of the Organ by April 28, 2021. The technical deployment was tasked to report to the Extraordinary Organ Troika Summit to be held in the Republic of Mozambique, on April 29, 2021» (Okunade et al., 444).

Esta medida da implantação de uma equipe técnica foi uma mudança encorajadora porque demonstrou um concreto compromisso da SADC, que ia bem além da condenação retórica da insurgência em Moçambique. Também demonstrou que a SADC tem a capacidade e competência para lidar com a situação e que teria sido benéfico o seu mais tempestivo envolvimento no enfrentamento da crise. Numa outra ótica, a mesma

intervenção também torna evidente como a atitude desconfiada do governo de Moçambique representava – e ainda representa – um dos maiores obstáculos à resolução da crise (Okunade et al., 2021). Aliás, para Okunade, a necessidade de intervenção da SADC prende-se também com o facto de que ao tornar-se um fenómeno crónico, o terrorismo, perde as suas características de “ameaça interna”, para tornar-se numa grave ameaça regional, podendo multiplicar as suas células em outros territórios e alastrar a instabilidade para os países confinantes (Okunade et al., 2021).

Em conclusão, parece que apenas a saída do isolamento e a aceitação da colaboração e da ajuda externa pode levar a uma solução positiva e rápida da crise. Por esta razão, o Governo moçambicano, pela sua resistência à colaboração, representou e representa um fator de radicalização da crise.

1.3. Ingerência francesa e as tropas ruandesas

A multinacional francesa Total, que tem um dos maiores contratos para a exploração de GNL em Cabo Delgado e que já teve as suas instalações no local ameaçadas e os seus trabalhadores alvos dos ataques, está a apoiar o governo moçambicano no combate ao terrorismo através de financiamentos às suas Forças de Defesa e Segurança. O referido apoio deu-se por via da assinatura de um acordo entre o Governo moçambicano e a Total em agosto de 2020 e visa dar apoio logístico às autoridades para o combate ao terrorismo, com vista a poder iniciar as suas atividades.

O académico André Thomashausen, (Thomashausen *apud* Issufo, 2020) demonstra como de facto a empresa Total tenha tido um papel determinante para assegurar os salários dos militares, evitando eventuais greves, assim como, em fornecer apoios logísticos, equipamentos e pela formação do pessoal. Contudo, estas intervenções, que sem dúvida contribuíram para aliviar a tensão no Norte do país, podem estar sujeitas às mesmas críticas, que foram levantadas relativamente à proposta de Erik Prince: a intervenção de forças privadas nos assuntos do Estado acabam por colocar os interesses económicos e financeiros acima dos demais, quer por parte do Estado, como das multinacionais que tentam proteger os seus interesses.

De facto, os perigos desta parceria foram já levantados tanto por analistas como por organizações da sociedade civil. Para além do referido perigo de uma “privatização” do Estado e conseqüente enfraquecimento da Soberania nacional, também foi salientado o

perigo de uma eventual ingerência do Governo francês nos assuntos internos de Moçambique. Segundo André Thomashausen, «a França e as suas multinacionais mantêm uma relação quase "siamesa", o que significa que a atuação destas empresas se pode traduzir numa tentativa de ingerência política» (Thomashausen *apud* Issufo, 2020). Segundo a análise do Professor ora citado, o Governo francês pode desempenhar um papel de elevada relevância na salvaguarda dos interesses das suas empresas junto dos governos locais onde estas estejam a atuar, sobretudo quando tais investimentos envolvam financiamentos e investimentos avultados em países considerados de risco.

Esta teoria de Thomashausen é sustentada por Jordan Smith, investigador em violência, terrorismo e segurança, que associa a entrada em cena das tropas ruandesas em Cabo Delgado a uma possível influência do governo francês junto do poder político ruandês, ao afirmar que «these worries have been elevated by the suggestions that the RDF mission is indirectly supported by France or Total Energies, whose multi-billion-dollar LNG project was disrupted by the insecurity. Shortly before Rwanda agreed to send troops, French President Emmanuel Macron made a trip to Kigali in a bid to reset diplomatic ties» (Smith, 2022).

De facto, diversos encontros entre o chefe do Estado moçambicano Filipe Nyusi e o Presidente francês Emanuel Macron, ocorreram nos dias 16 e 21 de maio de 2021, em Paris, com vista a definir as condições de um possível apoio militar – logístico e de estratégias de combate ao terrorismo por parte da França, dado que esta situação, obrigou a Total a suspensão das suas atividades em Cabo Delgado.

E, como sabido, Moçambique, não representaria o primeiro exemplo da ingerência do Governo francês em assuntos de outros estados para facilitar a exploração de recursos. Thomashausen, refere que no Gabão «Paris terá garantido a permanência dos Bongo no poder durante décadas, em troca de "facilidades" na exploração do petróleo» (Thomashausen *apud* Issufo, 2020).

O académico moçambicano Calton Cadeado, especialista em paz e segurança, apresenta uma hipótese interpretativa diferente, salientando a diferença entre Moçambique e os outros estados da região. Com efeito, por um lado Moçambique nunca deixaria que surgisse um monopólio na exploração dos seus recursos estratégicos, relativizando por isso o papel da multinacional francesa Total. Por outro lado, Paris não tem forças militares francesas estacionadas na região, embora as tenha no Oceano Índico, (na Ilha de Mayotte, que é um departamento da França). Contudo, para Cadeado é improvável um cenário em

que a França intervenha militarmente, sem qualquer suporte que o justificasse e sem o consentimento de Moçambique. Com efeito, este último teria o apoio da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), que se opõe radicalmente à ingerência de potências externas na região (Cadeado *apud* Issufo, 2020).

Em suma, para Cadeado, por não ser uma ex-colónia francesa, Moçambique não corre um real perigo de ingerência por parte do Governo francês. Na verdade, a seu ver, é a Total que se encontra numa posição ingrata porque, se as forças de Defesa e Segurança moçambicanas cometerem atrocidades contra a população local, a Total poderá vir a ser responsabilizada por ser quem está a pagar os seus salários.

O Governo moçambicano, está a intervir em Cabo Delgado em parceria com as Forças de Defesa do Ruanda desde o ano de 2021 até ao presente, tendo conseguido minimizar o número de ataques na região que se tornaram mais esporádicos.

Contudo, a intervenção ruandesa tem também gerado algumas desconfianças no seio dos investigadores que acompanham o conflito e o seu desenrolar. Em primeiro lugar, a ligação do Ruanda com a França levanta questionamentos se este país em concreto não estará a apoiar Moçambique como forma de salvaguardar os interesses franceses da Total em Cabo Delgado. Em segundo lugar, aproveitando-se da sua forte presença militar no Norte, o Governo do Ruanda assinou vários acordos que lhe são favoráveis com o Governo de Moçambique – como o Acordos de Cooperação Judiciária ou o recente Acordo de Extradução de cidadãos ruandeses que estão em Moçambique, na qualidade de refugiados e exilados políticos e que são alvo de perseguição pelo seu presidente Paul Kagamé (Henriques, 2023).

2. Consequências humanitárias

2.1. A crise humanitária

Segundo algumas organizações de defesa dos Direitos Humanos, no ano de 2018, quase metade dos habitantes da Província de Cabo Delgado, aproximadamente 850 mil pessoas, fugiram das zonas de combate. Como resultado, temos hoje uma crise humanitária de grandes proporções (Matsinhe e Valoi, 2019). De acordo com o Relatório do ACNUR de janeiro de 2023: «Aproximadamente 1.028.743 pessoas, estão deslocadas internamente no Norte de Moçambique [...] devido à violência perpetrada por grupos armados não estatais. [...] Apesar de alguns retornos espontâneos em Cabo Delgado no

Norte de Moçambique (cerca de 352.437 retornados), o ACNUR, reitera a importância de garantir que os retornos sejam seguros, voluntários e conduzidos em dignidade, com base em decisões informadas, e que os serviços básicos sejam restabelecidos nas áreas de origem»¹.

Matsinhe e Valoi (2019), afirmam que a crise humanitária, resulta da coexistência de duas formas de violência: aquela dos terroristas, que têm periodicamente atacado as aldeias e a população, e a violência das Forças de Segurança do Estado de Moçambique. De facto, de acordo com Matsinhe e Valoi (2019), no período entre 05 de outubro e 20 de dezembro de 2017, pelo menos 200 pessoas suspeitas de terem participado nos ataques tinham sido detidas em Mocímboa da Praia, pelas autoridades governamentais. Contudo, na verdade, tratava-se de jovens locais e não foi fornecido nenhum tipo de prova que corroborasse fazerem parte do grupo terrorista. Mas, em geral, Matsinhe e Valoi (2019), afirmam que as operações militares levadas a cabo pela Unidade de Intervenção Rápida e mais tarde pelas Forças Armadas e Defesa de Moçambique (FADM), acompanhadas por outras forças especiais, acarretavam detenções arbitrárias, torturas e desaparecimentos de jovens residentes, considerados suspeitos. Paralelamente, foi proibida a vinculação de notícias relacionadas ao terrorismo em Cabo Delgado, negando aos jornalistas, às organizações não-governamentais, aos analistas e aos pesquisadores o acesso ao norte de Cabo Delgado. Tornou-se assim impossível obter dados certos relativamente às consequências humanitárias dos ataques.

Segundo Samuel Kehinde Okunade, «is equally important to note that researchers and journalists are not allowed into the conflict zone, and there is speculation that there have been questionable arrests of suspected insurgents who are detained without trial and killed extra-judicially» (Okunade et al., 2021: 444). Com efeito, desde que os ataques iniciaram, a violência do Estado envolveu não apenas os atores da insurgência que foram detidos, mas também jornalistas locais acusados de estarem a espalhar informações falsas e a patentear desinformação com vista a criar agitação. Alguns desses jornalistas desapareceram pelas mãos das FADM, há anos e não apareceram até ao momento presente. Segundo Okuane, «The press and those trying to carry on research about the activities of the group have been prevented from visiting and covering events in the region, and those that managed to get there have been arrested and detained. Two

¹ ACNUR, Mozambique report – janeiro 2023. Disponível em: <https://reporting.unhcr.org/document/4385>

journalists, Amade Abubacar and Germano Daniel Adriano were unlawfully arrested and detained while interviewing villagers on attacks» (Okunade et al., 2021: 441).

O conflito em Cabo Delgado trouxe assim a descoberto a forma como as FADM lidam com a situação dos Direitos Humanos em Moçambique. Diversas ONG's, que atuam no país têm denunciado a forma de agir do Governo e têm trabalhado no acolhimento das vítimas.

Os relatórios publicados pela Amnistia Internacional contêm materiais digitais dentre vídeos e fotos que mostram que houve várias tentativas de decapitação, tortura e outros maus-tratos aos detidos, assim como o desmembramento de alegados combatentes da oposição. Tendo também existido possíveis execuções extrajudiciais e o transporte de um grande número de cadáveres para serem depositados em valas comuns como indigentes. Em 2020, a Amnistia Internacional, solicitou uma investigação independente sobre as suspeitas de prática de tortura e outras violações de direitos humanos, alegadamente cometidas pelas Forças de Segurança moçambicanas em Cabo Delgado.

O Diretor da Amnistia Internacional Portugal, Pedro Neto, numa entrevista (Neto *apud* Cascais, 2020), afirmou: «percebemos, que havia pessoas pertencentes às forças de segurança e ao exército, ou então com uniformes exatamente iguais, que estão a capturar jovens e a torturá-los e até a realizar execuções extrajudiciais, isto é, assassinatos fora das margens da lei». Ainda referiu: «nós vimos imagens de jovens deitados com olhos vendados, com as mãos atadas atrás das costas, em que lhes batem nos órgãos genitais. Vimos um vídeo, em que é cortada a orelha com uma faca de mato a um dos jovens e depois a orelha é colocada em frente ao rosto do jovem. Estes jovens à serem julgados, devem ser julgados pela justiça e que não deve ser feita pelas próprias mãos» (Neto *apud* Cascais, 2020). Pedro Neto conclui, lembrando que o Estado de Moçambique, é signatário dos Tratados internacionais sobre os Direitos Humanos e por isso, tem obrigações. E, aponta para a necessidade de uma investigação independente, que seja capaz de averiguar os factos que aconteceram e individualizar os responsáveis, de modo que a justiça moçambicana, seja obrigada a trabalhar conforme mandam os procedimentos legais. Contudo, é muito improvável que o governo permita a referida investigação, assim como que esteja disposto a fornecer os recursos necessários e a revelar resultados comprometedores.

Como referido pelo renomado jornalista Romeu da Silva (da Silva, 2020), não foi apenas a Amnistia Internacional que acusou as FADM de irregularidades, violação dos

Direitos Humanos e outros abusos contra a população, em Cabo Delgado. A Igreja Católica, a partir do Bispo de Pemba, Dom Luiz Fernando Lisboa, também ousou denunciar, estremando as relações entre a Igreja e o Governo moçambicano. Este último, acusou o Bispo de ser um agitador e de apoiar os insurgentes, colocando assim em perigo a vida do Bispo, que começou a ser ameaçado pelos simpatizantes do Governo. E, foi apenas graças à solidariedade e o apoio da população e das Organizações da sociedade civil moçambicana que o Bispo conseguiu ficar em segurança, até que as relações entre o governo e a Igreja se normalizaram, com a vinda do Papa Francisco à Moçambique, em 04 de setembro de 2019 e com a conseguinte reaproximação do Governo à Igreja Católica.

A insegurança que se instalou com o terrorismo e que foi reforçada pelas ações praticadas pelas FADM gera um contexto propício para uma expansão da violência. Com efeito, num país com múltiplas culturas distintas e com outras províncias que também enfrentam problemas socioeconómicos, os refugiados podem representar uma causa de ulterior desestabilização. Com efeito, podem surgir conflitos étnicos e sentimento de ódio e discriminação para com eles por parte de populações que não estão preparadas para os receber. E isso, pode acontecer tanto nas outras regiões de Moçambique, como nos países vizinhos, com os mesmos problemas sociais de pobreza e falta de emprego.

João Feijó, investigador e coordenador do Conselho Técnico do Observatório do Meio Rural em Maputo, que acompanha de perto a situação em Cabo Delgado, em entrevista, refere que segundo «dados oficiais, desde o começo dos ataques em 2017, a violência provocou cerca de 4 mil mortos a 800 mil deslocados internos» (Feijó *apud* Henriques, 2022), salientando ainda que, em algumas zonas existem pessoas a regressar para as suas aldeias, embora não se sintam seguras. Por conseguinte, Feijó, releva a existência de movimentos contraditórios da população: «temos pessoas que perante os ataques estão a fugir. Há movimentos contraditórios de população. Algumas pessoas regressam, outras pessoas estão a fugir. Há pessoas, que regressaram a Mocímboa da Praia, a 50 km da vila-sede que foram atacadas e agora estão deslocadas na vila-sede de Mocímboa da Praia» (Feijó *apud* Henriques, 2022). O mesmo refere ainda que alguns cidadãos deixam uma parte da família nas aldeias em que estão refugiadas e arriscam-se a regressar às suas aldeias de origem para plantar alimentos como forma de tentar obter rendimentos, visto que se verificou uma redução de apoios às populações por parte do Programa Alimentar Mundial, no contexto do conflito em que a província encontrava-se

em 2017. Neto designou este cenário de fugas e retornos às aldeias de “movimentos circulares da população (Feijó *apud* Henriques, 2022).

De acordo com Matsinhe e Valoi (2019), o medo que se instalou levou a que as pessoas tivessem medo de sair das suas aldeias para plantar, assim como fazer colheitas; a ausência de hospitais e postos de saúde, assim como a impossibilidade da busca de plantas medicinais usadas pelos locais para tratamentos de doenças, transformou as aldeias em “prisões”, sem esperança de um retorno a uma quotidianidade normal.

Em conclusão, se o terrorismo, tem levado as populações a fugir, a atitude violenta e desrespeitosa dos direitos humanos das forças governamentais representou um fator impulsionador da radicalização do clima de terror e medo na região. Deste modo, o Governo de Moçambique tornou-se corresponsável pela profunda crise humanitária em Cabo Delgado.

2.2. A intervenção da ONU

Moçambique, desde a sua independência, tem um papel muito ativo no contexto das Relações Internacionais e conta com o apoio de diversos parceiros de cooperação internacionais, de entre estes a ONU, governos doadores e organizações não governamentais (ONG'S) que atuam em diversas partes do mundo, com vista a melhor gestão possível das crises humanitárias com que o país se tem deparado constantemente devido a catástrofes naturais e frequentes conflitos. O terrorismo em Cabo Delgado impulsionou novas formas de ajuda humanitária, disponibilizadas aos deslocados pelos ataques terroristas no norte de Moçambique.

Em zonas de conflitos, uma das principais prioridades é salvar o maior número de vidas e garantir uma rápida evacuação das vítimas para locais seguros, em que tenham condições mínimas como água potável, alimentação e saúde, até que, possam regressar aos seus locais de origem e retomar a normalidade das suas vidas. Contudo, não é uma tarefa que seja fácil de levar a cabo, visto que as populações resistem a abandonar as suas vilas e aldeias, embora estas não sejam seguras.

A crise de refugiados em Cabo Delgado é um caso que deveria ser tratado com maior seriedade pelas autoridades locais: a impossibilidade de encontrar um refúgio seguro nas outras províncias, os regressos precipitados às casas onde são alvos quer dos ataques dos

grupos terroristas quer dos maus tratos das forças de defesa e segurança; a impossibilidade de reconstruir as suas vidas e viver em dignidade representam fatores que incrementam o risco de uma aproximação com os grupos terroristas e de uma radicalização do fenómeno. Estelle e Trisko, defendem que «The Humanitarian Situation in Northern Mozambique Will Likely Worsen Security Conditions. Mozambique’s increasing reliance on international humanitarian organizations reflects the state’s weakness in the north and its precarious economic situation. More than 300,000 individuals are now completely reliant on humanitarian assistance in northern Mozambique» e, ressaltam ainda que, «the concentration of the humanitarian response in Cabo Delgado’s southern districts heightens the risk of attacks in these areas; any such attack would have a devastating effect on the provision of services to IDPs and force aid organizations to retreat further south. This would reinforce biases toward the economic development of southern Mozambique and eliminate what little service provision exists in the north» (Estelle and Trisko, 2021: 18).

Esta análise apresenta um cenário que pode tendencialmente tornar-se mais instável, precisamente pela presença de refugiados que persistem no país, sem condições de sobrevivência. A este facto acresce a incapacidade do próprio Estado moçambicano de lidar com a crise humanitária que se instalou, não tendo autonomia para a gestão das próprias crises domésticas de diversa natureza e sendo, portanto, quase completamente dependente de ajuda externa.

A referida incapacidade do Governo de Moçambique representa o elemento legitimador da intervenção humanitária da “comunidade internacional”, que assume a responsabilidade da proteção dos direitos humanos naqueles territórios. Assim, a ONU tem demonstrado uma constante preocupação com a situação dos refugiados em Cabo Delgado, resultante da crescente instabilidade e da violação dos direitos humanos por parte dos terroristas e dos militares comandados pelo Governo. Segue uma tabela que resume o Relatório do ACNUR de janeiro de 2023 sobre as principais áreas de intervenção²:

AS ACTIVIDADES HUMANITÁRIAS DA ACNUR

² ACNUR, Mozambique report – janeiro 2023. Disponível em: <https://reporting.unhcr.org/document/4385>

<p>Proteção</p>	<p>Monitoria de Proteção (MP)</p> <p>“Formação de atualização de dois dias para 17 coletores de dados de MP (dez mulheres e sete homens) do parceiro Helpcode”.</p> <p>Documentação Civil e Assistência Jurídica</p> <p>“o parceiro Universidade Católica de Moçambique (UCM) recebeu uma formação de duas semanas com notários do Serviço Provincial de Justiça e Trabalho (SPJT), permitindo que o projeto de documentação civil da UCM comece a emitir certidões de nascimento e bilhetes de identidades nacionais (previamente, eles só podiam emitir os bilhetes de identidades”.</p> <p>Defesa da Detenção</p> <p>“O ACNUR realizou cinco visitas de monitoramento ao centro de detenção em Pemba para acompanhar os requerentes de asilo detidos identificados e identificar possíveis requerentes de asilo recentemente detidos”.</p> <p>Atividades de divulgação comunitária</p> <p>“O parceiro do ACNUR Associação para Voluntários em Serviço Internacional (AVSI), junto com os Pontos Focais de Proteção (PFPs), realizaram sessões de conscientização comunitária e transmitiram mensagens sobre direitos humanos, alcançando 240 pessoas das comunidades afetadas nos distritos de Montepuez, Metuge e Pemba”.</p> <p>Mecanismos de Informação e Reclamações (CFM)</p> <p>“O parceiro do ACNUR AVSI recebeu 148 reclamações e pedidos de informação através de CFM em centros de reassentamento nos distritos de Metuge e Montepuez”.</p> <p>Apoio psicossocial</p> <p>“Os psicólogos da AVSI (parceiro do ACNUR), em conjunto com os Pontos Focais de Proteção (PFPs), prestaram apoio psicossocial através de visitas domiciliárias para 48 idosos e pessoas com necessidades com deficiência (PcD) nos distritos de Pemba e Metuge”.</p> <p>Proteção de Pessoas com Deficiência (PcD)</p> <p>“O parceiro do ACNUR Humanity and Inclusion (HI) recebeu 187 próteses e dispositivos assistidos e distribuíram para (46) PcDs, após identificação adequada e triagem de saúde”.</p> <p>Engajamento Comunitário e Responsabilidade para Populações Afetadas (CE/AAP)</p>
-----------------	--

	<p>“O grupo de trabalho liderado pelo ACNUR e UNICEF apresentou os resultados de uma Avaliação de Informação e Comunicação realizada em dezembro do ano passado”.</p>
<p>Violência Baseada no Género (VBG)</p>	<p>Mapeamento do Quadro Jurídico</p> <p>“O ACNUR, juntamente com os parceiros CUAMM e Muleide, contractou um consultor para realizar um mapeamento do quadro legal relacionado com VBG em Moçambique alinhado com os compromissos internacionais e padrões globais como a abordagem centrada no sobrevivente”.</p> <p>Visita do VBG com o Ministério da Saúde (MISAU)</p> <p>“O ACNUR apoiou a visita de 20 representantes da MISAU, a Direção Provincial de Saúde (DPS), Fundação Ariel, e o parceiro CUAMM para o centro de reassentamento de Mecualne, no distrito de Chiúre, onde o ACNUR apoia a prestação de serviços de VBG”.</p> <p>Apresentação dos riscos de VBG durante a temporada de manga</p> <p>“O ACNUR fez uma apresentação para 21 pessoas de Área de Responsabilidade (AoR), sobre riscos de agressão identificados durante a época de colheita de manga em centros de reassentamentos.... com base nisso, ACNUR junto com os voluntários da comunidade da VBG, líderes comunitários e CCCM nos centros de reassentamento, desenvolveram planos de redução de riscos”.</p> <p>Avaliação da capacidade de Proteção contra Exploração e Abuso Sexual (PSEA)</p> <p>“O ACNUR realizou Discussões de Grupo Focal (FGD) com os PFP se 37 voluntários da comunidade parceira (incluindo repatriados) nos centros de reassentamento de Nicuapa em Montepuez, de Marrupa em Chiúre, bem como a cidade de Palma para avaliar as necessidades de aprendizagem do PSEA”.</p>
<p>Meios de Subsistência e Inclusão Económica</p>	<p>Formação e Ensino Técnico Profissional (TVET)</p> <p>“No âmbito da parceria do ACNUR com o Instituto Alberto Cassimo de Formação Profissional e Estudos do Trabalho (IFPELAC) em Pemba, 110estudantesconcluíram a formação técnico-profissional em instalação elétrica, refrigeração e resfriamento, alvenaria e canalização. No âmbito da parceria do ACNUR com o Instituto Alberto Cassimo de Formação Profissional e Estudos do Trabalho (IFPELAC) em Pemba, 110estudantesconcluíram a formação técnico-profissional em instalação elétrica, refrigeração e resfriamento, alvenaria e canalização”.</p> <p>Intervenção baseada em valores (CBI)</p> <p>“O parceiro do ACNUR, AVSI, iniciou uma formação em negócios e empreendedorismo em Pemba com o CBI”.</p>

	<p>Yopipila e formação agrícola inovadora</p> <p>“Tendo formado 36 alunos em práticas agrícolas inovadoras, O projeto Yopipila baseado em Pemba, concedeu kits de iniciação para geração de rendimento e start-ups de negócios para dez estudantes, e ao mesmo tempo prestando assistência para outros 26 recém-formados na procura de emprego e estágio”.</p>
Coordenação e Gestão de Campos (CCCM)	<p>Desenvolvimento do Centro de Reassentamento Engajamento Comunitário</p> <p>“No distrito de Mueda, o parceiro do ACNUR Solidarités International (SI) entregou dois centros comunitários construídos nos centros de reassentamento de Nandimba e Mpeme aos respetivos Comitês de Gestão de Local (SMCs)”.</p> <p>Localização</p> <p>“O ACNUR assinou um acordo de parceria com SDPI para implementar uma ampla variedade de programas de CCCM e de abrigo no distrito de Montepuez”.</p> <p>Recém-chegados</p> <p>“Desde Janeiro, cerca de 527 indivíduos deslocados (181 famílias) foram registados nos centros de reassentamento de Eduardo Mondlane, Nandimba e Lianda”.</p>
Abriço e Bens Não Alimentares	<p>Construção de abrigos em andamento</p> <p>“Em Montepuz, ACNUR e o parceiro AVSI concluíram a construção de nove abrigos no centro de reassentamento de Chimoio, que estavam em fase de estrutura de cobertura. Todos os 108 abrigos provisórios planeados para o centro de reassentamento foram concluídos”.</p> <p>Distribuição de Bens da Primeira Necessidade (CRI)</p> <p>“ACNUR, juntamente com o parceiro AVSI, distribuíram 830 kits de CRI com mantas, esteiras, rede mosquiteiras, lonas plásticas, conjuntos de cozinha, lâmpadas solares, e pastas a aproximadamente 4,150 deslocados internos nos centros de reassentamento de Impire, Angalia e Tauane, no distrito de Balama. Ademais, ACNUR e o parceiro SI distribuíram 677 kits de CRI contendo lonas plásticas, conjunto de cozinha, mantas, baldes, lâmpadas solares e rede mosquiteiras para aproximadamente 3,385 indivíduos recentemente deslocados no centro de reassentamento de in Lianda, distrito de Mueda”.</p>
Informação sobre financiamento	<p>“As necessidades de financiamento do ACNUR para as atividades de apoio a refugiados e deslocados internos em Moçambique em 2022 totalizam 36,7 milhões de USD, das quais 74 por cento foram financiadas até ao final de dezembro”.</p>

A ação humanitária tem encontrado múltiplos entraves, entre os quais a passividade do Governo de Moçambique e a dificuldade de acesso a região, ligadas tanto a limitações impostas pelo Governo moçambicano quanto às circunstâncias do conflito.

De acordo com as informações fornecidas pela ONU no seu site oficial, em relação ao cenário de violência em Cabo Delgado os parceiros pediram mais acesso aos distritos moçambicanos afetados de Ancuabe e Chiúre, dado que este estava restringido e as agências querem ampliar o número de beneficiários de assistência humanitária regular; o comunicado chama a atenção para pessoas fragilizadas precisando de socorro, sobretudo para produtos e aspetos essenciais á sobrevivência e dignidade como alimentos, abrigo, proteção e outros (Ferré, 2022).

Outra preocupação da ONU é que as partes envolvidas no conflito devem respeitar e proteger os civis, bem como facilitar a ajuda humanitária rápida, segura e desimpedida aos civis necessitados (Ferré, 2022). Garante-se assim que o maior número de pessoas, tendo prioridade idosos, pessoas com deficiência, mulheres grávidas e crianças desacompanhadas ou separadas dos seus responsáveis, tenham acesso a alimentos, abrigo, proteção e outros tipos de ajuda urgente com a maior rapidez possível com vista a colmatar a carência dos cuidados essenciais às populações.

É de destacar que a comunidade internacional tem desempenhado um papel muito importante, representando uma força de limitação e de controlo relativamente às arbitrariedades das forças militares do governo e dos terroristas.

3. Breves conclusões

O presente trabalho tem analisado as múltiplas e complexas causas da insurgência do terrorismo em Cabo Delgado. Sendo uma análise conjuntural, utilizou-se uma abordagem indutiva e analisaram-se as causas empíricas específicas que deram origem ao fenómeno, assim como aos fatores que contribuíram a sua radicalização. Uma escolha metodológica, que se teve de deixar de lado, consiste na análise das similaridades e diferenças do caso particular de Moçambique, relativamente ao fenómeno do terrorismo islâmico no continente africano, contudo, permitiu chegar a algumas conclusões relevantes. Conclusões, que representam hipóteses que, através de futuras análises comparadas com outros casos, podem chegar a produzir conclusões generalizáveis relativamente ao fenómeno do terrorismo.

Com efeito, a análise desenvolvida da insurgência do terrorismo em Cabo Delgado tem demonstrado que o surgimento do terrorismo está ligado à causas complexas, que podem ser compreendidas apenas através de um paradigma interdisciplinar que tenha em conta:

A) As causas sociológicas: a pobreza e a exclusão social, o sentimento de abandono e de desespero por parte da população local são elementos determinantes para que o fenómeno do terrorismo possa se afirmar. Representam, de facto, o contexto adequado para que grupos vindos do estrangeiro e já ativos em outros países consigam se instalar em novos territórios.

B) As causas económicas: o descobrimento dos recursos naturais em Cabo Delgado tem gerado expectativas por conta dos grandes projetos de investimentos por parte das multinacionais estrangeiras. Este contexto tem acarretado o envolvimento de “atores privados” na crise de Cabo Delgado, cujo papel é muito difícil estabelecer com certeza. O que levou a muitas conjeturas acerca das possíveis ligações entre os terroristas, as empresas de segurança privada, Estados estrangeiros e poderes económicos.

C) As causas políticas: a “instabilidade” crónica de Moçambique e a atitude do Governo moçambicano tem sido um fator que colaborou à radicalização do fenómeno de diferentes formas: pela sua inação, pela recusa de pedir a colaboração dos seus parceiros

internacionais, pela corrupção, pelo envolvimento de forças de segurança privadas, pela violência das suas forças militares, pelo desrespeito dos direitos humanos e pela falta de uma cultura política democrática.

No quadro que emergiu, o fundamentalismo religioso, mais do que uma causa do fenómeno, parece mais desempenhar o papel de uma narrativa. E, o discurso dominante escolhido pelos grupos terroristas cujas ações, são, porém, conduzidas com finalidades diferentes, desde questões económicas e pouco concretas.

A análise desenvolvida também consegue individualizar os caminhos para poder combater o fenómeno:

A) A resposta do Estado não se pode limitar à dimensão militar. Políticas inclusivas e o desenvolvimento dos territórios envolvidos, a luta contra a pobreza e a exclusão social representam armas potentes contra o terrorismo, erradicando as suas bases sociais. Paralelamente, a corrupção e a ligação do Estado com os interesses económicos das multinacionais estrangeiras, representam um elemento de ulterior destabilização, que colabora para a radicalização do terrorismo.

B) O terrorismo é um fenómeno que pode se expandir e destabilizar não só um Estado, mas todo um continente. Pelo que as medidas para o seu combate deverão ser tomadas com firmeza, através de ações conjuntas, eficazes e com o comprometimento de toda a comunidade internacional, com especial enfoque para a ONU, as organizações regionais e os Estados parceiros. A intervenção humanitária, os apoios externos ao governo, a cooperação internacional, o investimento estrangeiro com vista ao desenvolvimento social, tem de representar elementos determinantes como estratégia do Estado contra o terrorismo.

C) A questão da soberania e o princípio da não ingerência, devem ser postos de lado quando está em causa a proteção dos direitos humanos. Quando o poder político, mesmo não tendo meios e condições para lidar com o problema com que se vê confrontado, recusa o apoio e toma decisões erradas que colocam em causa interesses maiores como vidas humanas, paz efetiva para o seu povo, existe uma responsabilidade de agir da comunidade internacional. Moçambique, é um membro da comunidade internacional e

ator ativo nas Relações Internacionais, tendo em 2022, sido eleito como membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU. Assim, instituições como a ONU e os estados membros têm de exigir com firmeza uma postura na tomada de decisões assertivas e eficazes dos Estados frágeis com os quais interagem, em prol da paz e da segurança, assim como dos seus membros ocidentais que se aproveitam da fragilidade de outros Estados, sobretudo no continente africano para instalar e promover os seus interesses, incentivando a corrupção e promovendo guerras, teorias de conspiração e caos humanitário, por via de guerras e desestabilização para assim vender armas e promover outros tipos de tráfico transnacional.

D) O continente africano não está preparado para lidar com este tipo de situações, e a desconfiança que reina entre os Estados, cria uma resistência para a tomada de decisões e apoio mútuo para a resolução de conflitos nos Estados e na região. Contudo, apenas a saída do isolamento e a colaboração entre uma pluralidade de atores, instituições e da sociedade civil global permitiria construir formas produtivas para lidar e solucionar situações de fenómenos desconhecidos.

Em conclusão, a ONU deveria exigir dos Estados, incluindo Moçambique, que sejam vigilantes e preventivos, assim como estratégias e combativos em situações de terrorismo, salvaguardando os direitos humanos e que se esforcem por cooperar conjuntamente quando as circunstâncias o justifiquem, solicitando apoio em situações que o demandem e que estejam fora do seu domínio de atuação. Este tipo de postura, incentivaria o diálogo entre os Estados vizinhos e da região, bem como com os parceiros de cooperação, com vista a minimizar o impacto negativo deste tipo de incursões, protegendo vidas e a dignidade dos povos.

BIBLIOGRAFIA

- Ahmad, A. (2018). Jihad & Co. Black Markets and Islamist Power. Oxford University Press. Disponível em: <https://politics.utoronto.ca/publication/jihad-co-black-markets-and-islamist-power>.
- Almeida dos Santos, F. (2020). War in resource-rich northern Mozambique – Six scenarios CMI INSIGHT – number 2. May 2020. Disponível em: <https://www.cmi.no/publications/file/7231-war-in-resource-rich-northern-mozambique-six-scenarios.pdf>
- Bernhard, W. (2020). Vampiros, Jihadistas e Violência Estrutural em Moçambique. Reflexões sobre Manifestações Violentas de Descontentamento Local e as suas Implicações para a Construção da Paz. Cadernos IESE nº19/2020. ISBN: 978-989-8464-46-0. Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/publicacoes-boletim-ideias>.
- Beula, E. (2020). Adriano Nuvunga: Governo tenta justificar presença de mercenários alegando que é uma necessidade para a segurança das multinacionais. CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento. Disponível em: https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/10/COMBATE-AO-TERRORISMO-_Governo-tenta-justificar-presen%C3%A7a-de-mercen%C3%A1rios-alegando-que-%C3%A9-uma-necessidade-para-a-seguran%C3%A7a-das-multinacionais.pdf.
- Chichava, S. (2020). Os primeiros sinais do “Al shabaab” em Cabo Delgado: Algumas histórias de Macomia e Ancuabe. Boletim Nº 129. IESE - Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Disponível em: www.iese.ac.mz/ideias-no-129.
- Da Silva Vieira, S. (2012). Introdução às Relações Internacionais. Escolar Editora. Maputo.
- Darch, C. (2018). Uma História de Sucesso que Correu Mal? O Conflito Moçambicano e o Processo de Paz, numa Perspetiva Histórica. ©Friedrich-Ebert-Stiftung, ISBN 978-989-20-8380-3. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/mosambik/14458.pdf>.
- Estelle, E. and Trisko, J. (2021). Darden Combating the Islamic State’s Spread in Africa. assessment and recommendations for Mozambique. February 2021. Critical threats. American enterprise institute. Disponível em: <http://www.criticalthreats.org/wp-content/uploads/2021/02/Combating-the-Islamic-State%25E2%2580%2599s-Spread-in-Africa.pdf>.

- Ewi M. et al. (2022). Violent extremism in Mozambique. Drivers and links to transnational organized crime. Southern Africa Report 51, ISS. Disponível em: <https://issafrica.org/research/southern-africa-report/violent-extremism-in-mozambique-drivers-and-links-to-transnational-organised-crime>.
- Forquilha, S., Pereira, J. (2020). Face ao conflito no Norte, o que Moçambique pode aprender da sua própria guerra civil (1976-1992)? Uma análise das dinâmicas da insurgência em Cabo Delgado. Cadernos IESE. N° 130P: Disponível em: http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/05/ideias-130_SFJP.pdf
- Grupo de Reflexão Interdiocesana (GRI, 2018). Lutando contra um fantasma? Análise da situação no norte de moçambique. Comissão Episcopal de Justiça e Paz. Disponível em: <https://jupax.org/books/lutando-contra-um-fantasma-analise-da-situacao-do-norte-de-mocambique/>
- Habibe, S., Forquilha, S. & Pereira, J. (2019). Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique. O Caso de Mocímboa da Praia. Cadernos IESE. N.º 17 Setembro/2019. Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/publicacoes-boletim-ideias>.
- International Crisis Group (2020). “Al-Shabaab Five Years after Westgate.” International Institute for Strategic Studies (IISS). Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/horn-africa/kenya/265-al-shabaab-five-years-after-westgate-still-menace-east-africa>
- International Crisis Group (2021). Stemming the Insurrection in Mozambique’s Cabo Delgado. Africa Report N°303 | 11 June 2021. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/southern-africa/mozambique/303-stemming-insurrection-mozambiques-cabo-delgado>.
- Kaldor, M. (2012). New and Old Wars, 3ªEd., Polity Press, ISBN-13: 978-0-7456-5562-8. Disponível em: https://dl1.cuni.cz/pluginfile.php/654678/mod_resource/content/1/kaldor%20-%20old%20and%20new%20wars.pdf.
- Kaldor, M. (2013). In defence of new wars. Stability: International Journal of Security and Development, ISSN 2165-2627. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272714067_In_Defence_of_New_Wars.
- Khadiagala, G. and Deleglise, D. (2018). Southern African Security Review 2017. Jointly published in October 2018. by: Friedrich-Ebert-Stiftung. Printed by:

Ciedima, SARL. ISBN: 978-989-54223-0-2. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/mosambik/14861.pdf>.

- KROLL. (2017). Auditoria independente relativa aos empréstimos contraídos pela ProIndicus S.A., EMATUM S.A. e Mozambique Asset Management S.A. Disponível em: <https://www.pgr.gov.mz/por/Media/artigos-soltos/Relatorio-da-Kroll.Portugues>.
 - Lamont, C. (2015). Research Methods in International Relations, London: SAGE Publications.
 - Macuane, J. (2018). Mozambique's private sector in the context of conflict. IGC. Disponível em: [//www.theigc.org/wp-content/uploads/2018/10/Mozambique-case-study.pdf](http://www.theigc.org/wp-content/uploads/2018/10/Mozambique-case-study.pdf)
 - Makonye, F. (2020). The Cabo Delgado Insurgency in Mozambique: Origin, Ideology, Recruitment Strategies and, Social, Political and Economic Implications for Natural Gas and Oil Exploration. Volume 1, Number 3, December 2020, Pp 59-72. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.31920/2732-5008/2020/v1n3a4>
 - Matsinhe, D. & Valoi, E. (2019). The genesis of insurgency in northern Mozambique. Southern Africa Report 27 | October 2019. Disponível em: https://www.africaportal.org/documents/19572/The_Genesis_of_insurgency_in_N_Moz.pdf.
- Mourier-Genoud, E. (2021). A Insurgência Jihadi em Moçambique: Origens, Natureza e Início. Copyright © IESE, 2021. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Cadernos IESE n.º21 | 2021. Disponível em: file:///C:/Users/Hp%20x360%20Convertible/Desktop/Cadernos-21_EricM-G.pdf.
- Nhamire, B. (2021). Irá a intervenção estrangeira pôr fim ao terrorismo em Cabo Delgado – POLICY BRIEF. Institute for Security Studies. <https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/policybrief-168-por.pdf>.
 - Okunade, Olumuyiwa Faluyi O. T & Matambo E. (2021) Evolving patterns of insurgency in Southern and West Africa: Refocusing the Boko Haram lens on Mozambique, African Security Review, 30:4, 434-450, DOI: 10.1080/10246029.2021.1959360. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10246029.2021.1959360?journalCode=rar20>

- Piers P., Opperman J. (2021). Conflict in Cabo Delgado: From the Frying Pan Into the Fire? Rosa Luxemburg Stiftung. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnkjkpcjgclcfndmkaj/https://www.rosalux.de/fileadmin/images/publikationen/Studien/Cabo-Delgado-From-The-Frying-Pan-Into-The-Fire.pdf>
- Pirio G., Pittelli R. and Adam Y. (2018). The Emergence of Violent Extremism in Northern Mozambique. African Center for Strategic Studies. Disponível em: <https://africacenter.org/spotlight/the-emergence-of-violent-extremism-in-northern-mozambique/>
- Política Internacional. (1993), Vol. 1, N.º 6, Primavera 1993. Disponível em: https://www.ipris.org/files/6/07_Documento_Acordo_Geral.pdf.
- Rondeaux, C. 2021. Why Mercenary Armies Are Running Amok. Disponível em: www.worldpoliticsreview.com.
- Santos, F. (2020). Guerra no Norte de Moçambique, uma Região Rica em Recursos Naturais – Seis Cenários. CMI – CHR. Michelsen institute. insight number. Publicado: 3 de maio de 2020. Disponível em: <https://open.cmi.no/cmi-xmlui/handle/11250/2656061%3Fshow%3Dfull>.

Silva, G., dos Santos, M (2010). Religião, Fundamentalismo e Dinâmicas Sócio-culturais na História: Subsídios para a Educação Religiosa. Revista Labirinto – Ano X, nº 14 – Dezembro de 2010

- Siteo, R. (2019). Terrorismo em Moçambique? Que soluções de políticas? Um olhar aos ataques de Mocímboa da Praia. Revista Moçambicana de Estudos Internacionais – RMEI-ISSN: 2616-2105, Vol. 1, Nº 01. Disponível em: https://www.academia.edu/38677418/Terrorismo_em_Mocambique_Que_solucoes_de_Pol%C3%ADticas_Um_olhar_aos_ataques_de_Mocimboa_da_Praia.
- Suíta, M. (2020). Protecção social em contexto de terrorismo: Que implicações, tem a insurgência islâmica nos mecanismos formais de protecção social em Moçambique? Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social. Publicado: 20 de janeiro de 2020. Boletim Nº 137. Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/publicacoes-boletim-ideias>.
-
- Valoi, E. (2016). The Blood Rubies of Montepuez: Troubling Pattern of Violence and Death for Responsibly Sourced Gems. Data 03 de Maio de 2016. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2016/05/03/the-blood-rubies-of-montepuez-mozambique-gemfields-illegal-mining/>.

- Villa-Vicencio C. (2015), Jihadist Threats to African Stability – and Euro-American Global Dominance. The thinker, 66.

Artigos de Jornais

- Allison. S. (2018). Mozambique's mysterious insurgency. The Continent 22/06/2018. Disponível em: <https://mg.co.za/article/2018-06-22-00-mozambique-mysterious-insurgency/>.
- Bata. I. (2021). Ataques em Cabo Delgado: “Estratégia ofensiva começou muito mais tarde. E começou com uma base fraca” - Calton Cadeado. DW. 19 Março 2021. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/politica/item/7501-ataques-em-cabo-delgado-estrategia-ofensiva-comecou-muito-mais-tarde-e-comecou-com-uma-base-frac-a-calton-cadeado>.
- Cole. M. (2021). Erik Prince e o plano fracassado para armar um senhor da guerra na Líbia. Disponível em: <https://towardfreedom.org/story/admin/erik-prince-and-the-failed-plot-to-arm-a-warlord-in-libya/Erik>.
- Da Silva. R. (2020). Moçambique: Governo "faz as pazes" com Igreja Católica? Deutsche Welle. Data 03.09.2020. Disponível em: (<https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-governo-faz-as-pazes-com-igreja-cat%C3%B3lica/a-54805736>).
- Da Silva, R. (2020). Cabo Delgado já vive ‘maldição dos recursos naturais’. Deutsche Welle. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/jo%C3%A3o-mosca-cabo-delgado-j%C3%A1-vive-maldi%C3%A7%C3%A3o-dos-recursos-naturais/a-51711555>.
- Ferré, J. (2022). ONU. Cabo Delgado: 10% de deslocados em ataques tiveram ajuda diz porta-voz. ONU NEWS. 17 Junho 2022. <https://news.un.org/pt/story/2022/06/1792862>
- Issufo. N. (2020). Moçambique: Apoio da Total no combate ao terrorismo pode potenciar ingerência francesa. DW. Data 09.10.2020. Disponível em: (<https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-apoio-da-total-no-combate-ao-terrorismo-pode-potenciar-inger%C3%Aancia-francesa/a-55221919>).
- Issufo. N. (2020). Insurgência em Cabo Delgado deve ir ao Conselho de Segurança da ONU, diz especialista. DW. Data 03.08.2020. Disponível em:

<https://www.dw.com/pt-002/insurg%C3%A7%C3%A3o-em-cabo-delgado-deve-ir-ao-conselho-de-seguran%C3%A7a-da-onu-diz-especialista/a-54425155>.

- Júnior, A. (2020). Governo moçambicano não decide sobre resposta ao terrorismo, apesar das ofertas de ajuda. VOA. 09/12/ 2020. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/governo-mo%C3%A7ambicano-n%C3%A3o-decide-resposta-ao-terrorismo-apesar-das-ofertas-de-ajuda/5693368.html>
- Júnior, A. (2020). Criticado uso de mercenários na luta contra insurgentes em Cabo Delgado. Última Atualização junho 30, 2020. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/criticado-uso-de-mercen%C3%A1rios-na-luta-contra-insurgentes-em-cabo-delgado-/5483578.html>.
- Knipp, K. (av). (2016). Acordo Sykes-Picot na origem do caos no Oriente Médio. DW. 16 de maio de 2016: <https://www.dw.com/pt-br/acordo-sykes-picot-na-origem-do-caos-no-oriente-m%C3%A9dio/a-19245092>.
- Lisboa, O. (2017). Uganda ajuda moçambicanos no combate ao terrorismo. RFI. 15/05/2018. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/mocambique/20180515-uganda-ajuda-mocambicanos-no-combate-ao-terrorismo>
- Loureiro, R. (2022). Momentos marcantes do Terrorismo em Cabo Delgado. Deutsche Welle Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/terrorismo-em-cabo-delgado/t-55180646>.
- Louro, M. (2018). De onde veio o extremismo islâmico que ameaça Moçambique? 10 de Junho de 2018. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/06/10/mundo/noticia/de-onde-apareceu-o-extremismo-islamico-que-assola-mocambique-1833590>.
- Hanlon, J. (2018). How Mozambique's smuggling barons nurtured jihadists. BBC News. 02/06/2018. Disponível em: <https://www.bbc.co.uk/news/world-africa-44320531#product-navigation-more-menu>.
- Henriques, L. (2022). Cabo Delgado um ano depois da chegada das tropas estrangeiras. Data 29/07/2022. <https://www.rfi.fr/pt/programas/convidado/20220729-cabo-delgado-um-ano-depois-da-chegada-das-tropas-estrangeiras>. João Feijó, investigador e coordenador do Conselho Técnico do Observatório do Meio Rural em Maputo
- Henriques, L. (2023). Acordo de extradição entre Maputo e Kigali preocupa ruandeses de Moçambique. Deutsche Welle. 02/03/2023. Disponível em:

<https://www.rfi.fr/pt/mo%C3%A7ambique/20230302-acordo-de-extradi%C3%A7%C3%A3o-entre-maputo-e-kigali-preocupa-ruandeses-de-mo%C3%A7ambique>

- Macua Blogs. (2018). Ataques em Cabo Delgado Governo desiste da propaganda de guerra e remete-se ao silêncio. Data 22 de Março de 2018. Disponível em: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2018/03/ataques-em-cabo-delgado-governo-desiste-da-propaganda-de-guerra-e-remete-se-ao-sil%C3%A4ncio.html.
- Maluleque. M. (2020). Moçambique preside à SADC com foco no terrorismo. Deutsche Welle. Data 17.08.2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-preside-%C3%A0-sadc-com-foco-no-terrorismo/a-54602168>.
- Manzoni M., “Um suíço em meio à crise em Moçambique”, entrevista concedida a Frédéric Burnand em 02/06/2021. Swissinfo.ch. Disponível em <https://www.swissinfo.ch/por/um-su%C3%AD%C3%A7o-em-meio-%C3%A0-crise-em-mo%C3%A7ambique/46653874>
- Meneses. M. (2018). Porquê o retorno da violência armada em Moçambique? Público. Data 8 de Junho de 2018. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/06/08/mundo/opiniao/porque-o-retorno-da-violencia-armada-em-mocambique-1833551>.
- Meyssan, T. (2017). Interpretações divergentes no seio do campo anti-imperialista - 2ª parte. O Projeto militar dos Estados Unidos pelo mundo. Rede Voltaire- Damasco – Síria. Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article197562.html> e em: <https://jornalggn.com.br/blog/ricardo-cavalcanti-schiel/o-projeto-militar-dos-estados-unidos-para-o-mundo-por-thierry-meyssan>.
- Miranda. A. (2022). Cabo Delgado: Analista adverte contra armar a população. Deutsche Welle. 24 de Novembro de 2022 Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-analista-adverte-contra-armar-a-popula%C3%A7%C3%A3o/a-63876596>.
- Mirela, C. (2022). Guebuza diz que agiu na base da confiança que tinha nos chefes das FDS. O País. 22/02/2022. Disponível em: <https://opais.co.mz/guebuza-diz-que-agiu-na-base-da-confianca-que-tinha-nos-chefes-das-fds/>

- Mosca J., Cabo Delgado já vive "maldição dos recursos naturais", entrevista concedida ao DW África em 3/01/2020. Disponível em <https://landportal.org/fr/node/89257>
- Mourier-Genoud, E. (2017). Why islamist attack demands a careful response from Mozambique. The Conversation, 18/10/2017. Disponível em: <https://theconversation.com/why-islamist-attack-demands-a-careful-response-from-mozambique-85504>
- Mourier-Genoud, E. (2018). Mozambique's own version of Boko Haram is tightening its deadly grip. 11/06/2018. Disponível em: <https://theconversation.com/mozambique-own-version-of-boko-haram-is-tightening-its-deadly-grip-98087>.
- ONU. (2020). Moçambique: ONU: “profundamente preocupada” com violência em Cabo Delgado. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/08/1723342>.
- Ramos, M. (2019). Comandante da Polícia de Moçambique diz que atacantes são treinados na RDC. VOA. 11/06/2019. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/comandante-da-pol%C3%ADcia-de-mo%C3%A7ambique-diz-que-atacantes-s%C3%A3o-treinados-na-rdc/4954518.html>.
- Ramos, M. (2020). Insurgentes de Cabo Delgado querem internacionalizar o conflito, diz Calton Cadeado. VOA. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/insurgentes-de-cabo-delgado-querem-internacionalizar-o-conflito-diz-calton-cadeado/5670683.html>.
- Saini Fasanotti, F. (2022). Russia’s Wagner Group in Africa: Influence, commercial concessions, rights violations, and counterinsurgency failure. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2022/02/08/russias-wagner-group-in-africa-influence-commercial-concessions-rights-violations-and-counterinsurgency-failure/>.
- SAVANA. (2018). Canadiana Wentworth suspende actividade. – Data 08 de Junho de 2018. Disponível em: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2018/06/canadiana-wentworth-suspende-actividade.html.
- Smith, J. (2022). Rwanda: A force for good in Mozambique’s “War on Terror”. African Arguments. 09/02/2022. Disponível em:

<https://africanarguments.org/2022/02/rwanda-a-force-for-good-in-mozambiques-war-on-terror/>.

Documentários

- TVM. (2018). Men trained in DR Congo to destabilise are captured – Mocimboa da Praia. Data 22 de Março de 2018. Disponível em: <http://clubofmozambique.com/news/watch-men-trained-in-dr-congo>.
- VOA. (2018). Insegurança ameaça prospeção de gás na península de Afungi, apesar de garantias do governo moçambicano. Data 12 de Junho 2018. Disponível em: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2018/06/inseguran%C3%A7a-amea%C3%A7a-prospec%C3%A7%C3%A3o-de-g%C3%A1s-na-pen%C3%ADnsula-de-afungi-apesar-de-garantias-dogoverno-mo%C3%A7ambicano.html.
- Van Eyssen, B. (2018). Growing domestic instability or risk of terrorism in Mozambique. Deutsche Welle. Disponível em: <http://clubofmozambique.com/news/growing-domestic-instability-or-risk-of-terrorism-in-mozambique/>.